



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI

CURSO DE DIREITO

**OS TRANSGÊNEROS E O USO DO NOME SOCIAL:
REPERCUSSÕES NA ESFERA SOCIAL E JURÍDICA DE GÊNERO**

Lucinaura Dal-Molin Menine Dorneles

Lajeado, junho de 2018.

Lucinaura Dal-Molin Menine Dorneles

**OS TRANSGÊNEROS E O USO DO NOME SOCIAL:
REPERCUSSÕES NA ESFERA SOCIAL E JURÍDICA DE GÊNERO**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, como exigência para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientadora: Prof. Ms. Loredana Gragnani Magalhães

Lajeado, junho de 2018.

Lucinaura Dal-Molin Menine Dorneles

**OS TRANSGÊNEROS E O USO DO NOME SOCIAL:
REPERCUSSÕES NA ESFERA SOCIAL E JURÍDICA DE GÊNERO**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do curso de graduação em Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharela em Direito:

Prof. Loredana Gragnani Magalhães – orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Elisabete Cristina Barreto Müller
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Priscila Pavan Detoni
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Lajeado, junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por terem me dado a vida, pela convivência diária na construção de valores e caráter, na formação de minha personalidade; e ao meu pai, em especial, pelo incentivo a concluir os estudos e a relevância de estudar permanentemente; à minha mãe pelas ausências de muitas vezes não estar presente nas conversas e rodas de chimarrão, mas que sempre apoiou e contribuiu na realização deste sonho.

Ao meu irmão Alberto, pelo afeto e proteção, e o respaldo para fazer e concluir a graduação, à irmã Carla pela amizade e serenidade por me fazer acreditar na minha capacidade de superação dos desafios. Às irmãs Elenara, pelo carinho e apoio, e Ana Paula, pela afeição e amparo nos cuidados aos meus filhos.

Ao meu marido, Fabricio, pelo amor, companheirismo pela construção de 28 anos juntos, incentivando a minha trajetória de vida e minha melhoria como ser humano.

Ao meu filho Juliano, pela compreensão e paciência diante da minha ausência, também pelo apoio e cuidados ao irmão Joaquim que respaldaram as saídas para a efetivação dos estudos, e, igualmente, pela alegria de compartilhar e experiência de termos sido colegas de faculdade, no ambiente acadêmico.

Ao meu filho Joaquim, por minhas faltas durante as noites no período da faculdade e nos finais de semana dedicados ao estudo, em detrimento aos programas de criança, pela compreensão, amorosidade e sensibilidade aguardando o meu retorno para fazer a leitura do Evangelho Segundo o Espiritismo.

Aos colegas de trabalho, Marcell, pela amizade construída, carinho e orientações fundamentais para a concretização dessa etapa; à Prisciana, pela irmandade, companheirismo e por estimular de forma positiva a realização deste sonho; e juntamente com meus irmãos, pela parceria e solidariedade em aceitar minhas ausências no trabalho em dedicação à realização deste projeto.

Aos sogros, Ary Nelson e Zeli, por estimular a realização do ensino superior de Direito, de modo especial ao meu sogro, que em cada encontro discutíamos questões jurídicas. E a cada nota alta alcançada, era motivo de comemoração, um “brinde do sogro”!

À tia Aldema, por me impulsionar com suas palavras: “Não desiste Luzinha”, siga em frente”!!!

À minha orientadora, Loredana, pela paciência e respaldo diante do desafio da escolha do tema, pela amizade construída, receba a minha admiração.

À Instituição de ensino UNIVATES, por proporcionar um ambiente ético e ao mesmo tempo hospitaleiro, à direção, administração e a cada corpo docente, e todos aqueles que de forma direta e indiretamente contribuíram para a construção e realização desse sonho.

“É de importância vital (na expressão mais real da palavra) que o indivíduo viva bem consigo mesmo e, conseqüentemente, com os outros; não ocorrendo isso, não há possibilidade de ser feliz. Felicidade é um sentimento abstrato, mas básico e essencial para qualquer realização. Ser ou estar feliz é perceber-se como pessoa, ser humano, poder criar, amar e contribuir com o meio em que se vive, integrar-se dentro de seus limites pessoais”.

LUIS ALBERTO DAVID ARAUJO

RESUMO

A sociedade vem acompanhando o processo de evolução de modo especial às mudanças na organização social e jurídica relativas aos sujeitos transgêneros. O reconhecimento do universo trans possui diferenças e conceitos de gênero. Assim, a monografia possui o objetivo geral de analisar a evolução social e jurídica dos direitos dos sujeitos transgêneros delineando as principais alterações que deflagram o reconhecimento do uso do nome social como garantia fundamental e exercício de cidadania, elucidando as principais inovações sociais e jurídicas contemporâneas. A metodologia utilizada no presente trabalho baseou-se no modo de pesquisa qualitativa através do método dedutivo, utilizando instrumentos técnicos bibliográficos e documentais. Assim, o capítulo inicial abordou noções sobre direitos de personalidade, explicando a evolução histórica e conceituação, o direito ao nome e à identidade, diferenciando sexo, gênero e orientação sexual, com ênfase aos sujeitos transgêneros frente aos padrões masculino e feminino, bem como o direito ao nome e à identidade, os elementos do nome e a imutabilidade do nome. No capítulo seguinte, teve como foco os aspectos jurídicos quanto ao gênero no universo trans, a proteção constitucional a esses sujeitos, Decretos, Resoluções e Portarias, Conselho Federal de Medicina/Psicologia, Direito à Saúde, Sistema Único de Saúde, Despatologização, e Cirurgia de transgenitalização e rede interdisciplinar e multiprofissional, no ordenamento brasileiro, relatando as alterações no registro civil, a possibilidade de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual, com base nas garantias constitucionais. No terceiro capítulo, verificou o direito ao uso do nome social e suas repercussões sociais por sujeitos transgêneros, discriminação e preconceito e o direito à felicidade, discutindo as mudanças sociais e jurídicas que vêm ocorrendo em determinadas áreas, e como estão sendo inseridas e adaptadas nas relações cotidianas. A conclusão da pesquisa revelou que o nome social pelos sujeitos trans pode ser usado mediante requerimento nas esferas sociais e jurídicas, como forma de minimização de discriminação e preconceito, bem como inclusão social, já o reconhecimento do assento do nome no Registro Civil, atualmente, não exige que o sujeito passe pelo processo transexualizador, sendo relevante o laudo psicossocial, através das decisões jurisprudenciais fundamentadas no direito à felicidade e dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS CHAVE: Transgênero. Nome social. Repercussões na esfera social e jurídica de gênero. Discriminação e preconceito. Despatologização. Cirurgia de transgenitalização. Direito à felicidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DIREITOS DE PERSONALIDADE	12
2.1 Evolução histórica e conceitos	13
2.2 Tipologia de gêneros	15
2.3 Direito ao nome e à identidade	18
2.3.1 Elementos do nome	20
2.3.2 Princípio da imutabilidade do nome	22
3 OS TRANSGÊNEROS E OS ASPECTOS JURÍDICOS QUANTO AO GÊNERO .	24
3.1 Proteção constitucional aos sujeitos transgêneros.....	24
3.2 Decretos, Resoluções e Portarias, Conselho Federal de Medicina/Psicologia	29
3.3 Direito à saúde, Sistema Único de Saúde - SUS, Despatologização	30
3.3.1 Cirurgia de transgenitalização e rede interdisciplinar e multiprofissional	34
4 DIREITO AO USO DO NOME SOCIAL E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS	42
4.1 Discriminação e preconceito.....	49
4.2 Direito à felicidade	53
5 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

A sociedade vem acompanhando o processo de evolução de modo especial às mudanças na organização social e jurídica relativas aos sujeitos transgêneros. O reconhecimento do universo trans possui diferenças e conceitos de gênero. Nesse sentido, tem-se o reconhecimento do direito de personalidade e o nome como um dos seus direitos essenciais, que retrata, ainda, a intimidade e a identidade social à condição de transgenerismo.

A evolução histórica e social dos sujeitos transgêneros vem com força impulsionando movimentos que repercutem em diversas áreas, que exigem respostas de inclusão social com os novos conceitos de identidade, e na área jurídica de modo especial, pelo desamparo de legislação específica quanto ao nome civil.

O Estado Democrático de Direito assegura ao cidadão as garantias fundamentais da dignidade da pessoa humana e os direitos de personalidade pela identidade de gênero, vinculados a um conceito de pertencimento, em que o sujeito transgênero não corresponde ao seu sexo de nascimento, mas como este se identifica e se apresenta socialmente, sobrepondo-se ao sexo biológico, sendo relevante como o indivíduo se vê, se comporta e é visto socialmente, rompendo o binômio masculino/feminino.

O Brasil não possui legislação infraconstitucional específica sobre a temática, limitando-se a Decretos, Resoluções, Portarias e entendimentos jurisprudenciais, como o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento de identidade de gênero, trazendo alterações no registro

civil, amparado pela Constituição Federal, como forma de proteção e garantias constitucionais.

Assim, a discussão sobre as repercussões nas esferas social e jurídica de gênero pelo uso do nome social para os sujeitos transgêneros se traduz de suma importância, por ser um tema atual, contribuindo para melhor compreensão das situações e colaborando para a minimização de preconceitos e materialização da equidade dos cidadãos.

Destarte, o uso do nome social na diversidade de gênero traz alterações e adaptações destinadas ao meio social e jurídico, em que não se pode limitar a felicidade do cidadão e a possibilidade de procedimentos cirúrgicos de transgenitalização, que impõem desafios e caminhos que precisam ser construídos pela sociedade, mormente porque a liberdade de escolha de transgêneros encontra amparo especial no princípio da dignidade da pessoa humana.

Nesse aspecto, o presente trabalho possui o objetivo geral de analisar a evolução social e jurídica dos direitos dos sujeitos transgêneros, delineando as principais alterações que deflagram o reconhecimento do uso do nome social como garantia fundamental e exercício de cidadania, sendo que, para tanto, institui o seguinte problema: a evolução é um processo natural na sociedade em vários aspectos, como os sociais e jurídicos, trazendo significativas inovações com o passar dos anos. Assim, em se tratando de transgêneros, quais são as principais inovações sociais e jurídicas contemporâneas?

Como hipótese para tal questionamento, entende-se que o direito ao uso do nome social em universidades, repartições públicas, habilitações profissionais, cadastro de pessoas físicas (CPF), bem como no registro civil, é um direito personalíssimo que diz respeito à dignidade da pessoa humana, assegurada pela Constituição Federal como direito fundamental. A sociedade vem evoluindo e acompanhando as diversidades e os novos conceitos de identidade, bem como o uso de banheiros nas escolas e repartições públicas.

Outrossim, o Judiciário vem reconhecendo o direito do registro civil ao sujeito transgênero. Portanto, as conquistas sociais e o reconhecimento como garantia constitucional da dignidade da pessoa humana e direitos personalíssimos estão em

consonância para que o sujeito de direito se reconheça como cidadão respeitado em sua condição e felicidade plena.

Em relação à forma de abordagem, a pesquisa será qualitativa, objetivando maior aprofundamento do modelo qualitativo, uma vez que o caráter subjetivo da abordagem do tema inviabiliza a exata mensuração prática e estatística dos dados. O foco de interesse é amplo e seu ponto de partida é diferente dos estudos quantitativos. A pesquisa qualitativa objetiva compreender, interpretar e ressignificar os dados da investigação de acordo com as hipóteses estabelecidas pelo pesquisador, que, no caso, estudará os transgêneros e o uso do nome social, bem como suas repercussões nas esferas social e jurídicas de gênero. De acordo com Mezzaroba e Monteiro (2014), esse modelo de pesquisa procura identificar a natureza dos dados e avaliar corretamente as informações recolhidas, visando à ponderação dos dados obtidos no decorrer do esforço de investigação. Esses autores enfatizam que a pesquisa qualitativa, além de possibilitar um conteúdo altamente descritivo, também aponta para uma forma mais global e inter-relacionada com fatores variados, considerando, especialmente, seu contexto.

O método de pesquisa que será utilizado para o desenvolvimento do trabalho monográfico será o dedutivo, que parte de argumentos gerais para argumentos particulares, sendo que, conforme Mezzaroba e Monteiro (2014), a questão fundamental da dedução está na lógica estabelecida entre as proposições apresentadas para chegar a conclusões do estudo específico, válidas geralmente para aquele caso em particular, sem ultrapassar o conteúdo enunciado nas premissas.

Os instrumentais técnicos utilizados serão material bibliográfico e documental, com fundamento em referencial teórico que envolve doutrina, artigos de periódicos e materiais de estudiosos da área encontrados em sites especializados, e documentais, com o uso de legislação, principalmente a Constituição Federal, o Código Civil, além de jurisprudência de Tribunais Superiores.

No capítulo inicial, a pesquisa será baseada em descrever noções sobre direitos de personalidade, explicando a evolução histórica e conceituação, os tipos de gênero, com ênfase aos sujeitos transgêneros frente aos padrões masculino e

feminino, bem como o direito ao nome e à identidade, os elementos do nome e a imutabilidade do nome.

No segundo capítulo, verificará os aspectos jurídicos quanto ao gênero no universo trans, a proteção constitucional aos sujeitos transgêneros, Decretos, Resoluções e Portarias, Conselho Federal de Medicina/Psicologia, Direito à Saúde, Sistema Único de Saúde - SUS, Despatologização e Cirurgia de transgenitalização, e rede interdisciplinar e multiprofissional no ordenamento brasileiro, relatando as alterações no registro civil, a possibilidade de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual, com sustentação nas garantias constitucionais.

No terceiro e último capítulo, este trabalho examinará o direito ao uso do nome social e suas repercussões sociais por sujeitos transgêneros, discriminação e preconceito, e o direito à felicidade, discutindo as mudanças sociais e jurídicas que vêm ocorrendo em determinadas áreas, e como estão sendo inseridas e adaptadas nas relações cotidianas.

2 DIREITOS DE PERSONALIDADE

Desde os primórdios, a sociedade vem acompanhando o processo de evolução do ser humano, as suas diversidades e significativas mudanças sociais e jurídicas de gênero. Reporta-se o direito ao uso do nome social aos sujeitos transgêneros como o direito à felicidade, de forma que ninguém possa limitar a felicidade de alguém. Nessa senda, o uso do nome social é usado em Instituições de Ensino, repartições públicas, habilitação profissional e, ainda, para fazer uso de banheiros e vestuários unissex nas escolas e estabelecimentos públicos. Os novos conceitos de identidade, bem como o registro civil dos sujeitos transgêneros, vêm sendo reconhecidos pelo Judiciário como direito personalíssimo baseado no princípio da dignidade da pessoa humana, assegurada pela Constituição Federal. Portanto, faz-se necessário o reconhecimento de sua condição para que possam viver plenamente e fazer uso ao exercício de cidadania.

Diante do exposto e para melhor compreender o tema, no primeiro capítulo do desenvolvimento deste trabalho o objetivo será descrever noções sobre direitos de personalidade, explicando a evolução histórica e conceituação, os tipos de gênero, com ênfase aos sujeitos transgêneros frente aos padrões masculino e feminino, bem como o direito à sua identidade; no segundo capítulo, identificar as mudanças jurídicas quanto ao gênero no ordenamento brasileiro, relatando as alterações no registro civil, a possibilidade de procedimentos cirúrgicos de transgenitalização, como proteção e garantias constitucionais; e no terceiro, examinar o uso do nome social por transgêneros como direito à felicidade, discutindo como essas mudanças sociais e jurídicas vêm ocorrendo em determinadas áreas, e como estão sendo

inseridas e adaptadas nas relações cotidianas, conforme brevemente se apresenta a seguir.

Assim como a sociedade, os direitos relativos à personalidade enfrentaram inúmeros desafios e modificações até sua efetiva consolidação no ordenamento jurídico brasileiro. Apesar de o Código Civil de 2002 trazer um capítulo integralmente dedicado aos direitos de personalidade, não demonstra ser suficiente para amparar sua complexidade e dimensão conceitual. Dessa forma, os direitos personalíssimos passaram por uma longa evolução histórica e social, até a construção do que se entende por direito à identidade, ao nome, à imagem, à honra, à intimidade e à felicidade plena, considerados essenciais para a formação do indivíduo.

Nessa senda, o capítulo a seguir terá como objetivo descrever noções sobre direitos de personalidade, explicando sua evolução histórica e sua conceituação, assim como a diferença entre sexo, gênero e orientação sexual, com ênfase aos sujeitos transgêneros, até chegar ao direito à sua própria identidade.

2.1 Evolução histórica e conceito

Os direitos de personalidade tiveram suas origens relacionadas à proteção da pessoa humana, o que, conforme Zanini (2011), já era possível identificar em diversas civilizações da Antiguidade, tais como a Índia, Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma.

Especificamente no que tange à contribuição dos gregos sobre a atual conceituação de direito de personalidade, nota-se que foi de suma importância a influência do pensamento filosófico, na medida em que posiciona o homem como origem e finalidade do direito, seja na esfera estadual ou universal, acarretando uma nova visão frente aos embates relacionados à personalidade e à capacidade jurídica de seus cidadãos (ZANINI, 2011).

Ainda de acordo com Zanini (2011):

O pensamento grego, especialmente por influência de Aristóteles, passou a conceber a existência de igualdade entre as pessoas, bem como buscou a regulamentação das relações humanas em sociedade pela lei (*nomos*), que de acordo com os autores gregos citados por Gilissen, seria uma “disposição geral, uniforme e igual para todos”, limitadora do poder da autoridade (ZANINI, 2011, p. 23).

Ou seja, já na Grécia Antiga verificava-se a igualdade entre as pessoas de forma regulamentada, o que somente foi possível através da intervenção do filósofo Aristóteles.

Nesse sentido, Gonçalves (2014) pontua que apesar da existência de preocupações em relação aos direitos humanos, como esta já mencionada, os direitos de personalidade passaram a fazer parte do rol dos direitos subjetivos somente com o advento da Declaração dos Direitos do Homem em 1789, confirmada nas Nações Unidas em 1948, e ainda pela Convenção Europeia de 1950.

O autor supracitado segue nessa linha, afirmando que:

Tem-se afirmado que os direitos de personalidade constituem herança da revolução francesa, que pregava os lemas liberdade, igualdade e fraternidade. A evolução dos direitos fundamentais, desse modo, costuma ser dividida em três gerações ou dimensões, que guardam correspondência com os referidos lemas. A primeira geração tem relação com a liberdade; a segunda, com a igualdade, dando-se ênfase aos direitos sociais; e a terceira com a fraternidade ou solidariedade, surgindo os direitos ligados à pacificação social [...] (GONÇALVES, 2014, p. 185).

No Brasil, os direitos de personalidade somente foram regulamentados através da Constituição Federal de 1988, expressamente em seu art. 5º, inciso X.

Em termos de legislação infraconstitucional, o Código Civil de 2002 dedicou um capítulo inteiro aos direitos de personalidade, previstos nos artigos 11 a 21, sendo que sua inserção, de acordo com Reale apud Gonçalves (2014), ocorreu para a proteção dos mais diversos aspectos relacionados a esses direitos, tais como a proteção do nome e/ou pseudônimo (arts. 16 a 19), à imagem da pessoa e o direito de dispor do próprio corpo para qualquer fim, desde científico até altruístico.

Assim, nas palavras de Beltrão (2005):

[...] podem-se definir os direitos da personalidade como categoria especial de direitos subjetivos que, fundados na dignidade da pessoa humana, garantem o gozo e o respeito ao seu próprio ser, em todas as suas manifestações espirituais ou físicas (BELTRÃO, 2005, p. 25).

Desse mesmo modo, Zanini (2014, p. 94), pondera que os direitos de personalidade constituem essencialidade mínima para a existência e absoluto desenvolvimento do ser humano, justamente em virtude da condição humana inerente a estes, e conclui que “como decorrem da personalidade, da condição de

ser humano, não se pode falar em direito à personalidade, mas sim em direitos da personalidade”.

Assim, através dos conceitos referidos, entendem os autores que os direitos de personalidade são inerentes à condição humana, personalíssimos e, portanto, indisponíveis, passíveis de proteção e amparo pela legislação pátria vigente.

2.2 Tipologia de gêneros

Inicialmente, para que seja possível adentrar no tema relacionado especificamente aos transgêneros, faz-se necessária uma prévia abordagem acerca da conceituação de gênero, suas particularidades e seus mais variados tipos.

Importante salientar que o gênero está intimamente interligado ao direito de personalidade, na medida em que se relaciona com o íntimo de cada indivíduo, tanto no que diz respeito às questões externas (físico e sociológico), quanto no que diz respeito aos aspectos internos (psicológicos).

Para Giddens (2012), sexo e gênero são conceitos distintos:

Os sociólogos usam o termo sexo em referência às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem corpos masculinos e femininos. O gênero por outro lado diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade, ele não é necessariamente um produto direto do sexo biológico do indivíduo (GIDDENS, 2012, p. 430).

Partindo do pressuposto de que o gênero é construído socialmente, a psicanalista Lanz apud Oliveira e Oliveira Junior (2017) sinaliza a definição de que o gênero é o jeito pessoal que cada ser humano se enxerga, como masculino e feminino, e que está intimamente ligado às manifestações externas da personalidade, rotulando assim através da aparência e comportamento a construção da identidade de gênero.

Assim sendo, a identidade de gênero assim é construída por Lanz *apud* Oliveira e Oliveira Junior (2017, texto digital):

Define-se identidade de gênero como sendo a maneira pessoal de cada um se ver como macho ou como fêmea (ou raramente, ambos ou nenhum). Está intimamente relacionado à ideia do papel de gênero, que é definido como as manifestações externas da personalidade que refletem a identidade de gênero. [...] o papel de gênero é uma etiqueta dada pela

sociedade em função do comportamento e da aparência [...]. Identidade de si mesma a partir do momento em que chega ao mundo (LANZ *apud* OLIVEIRA E OLIVEIRA JÚNIOR, 2017, texto digital).

Nesse sentido, a teoria *queer* busca a desconstrução da ideia de que somente os indivíduos heterossexuais e seus relacionamentos são considerados padrões para a sociedade, buscando a ruptura do binarismo masculino/feminino (OLIVEIRA; OLIVEIRA JÚNIOR, 2017).

Sobre o tema, refere Miskolci *apud* Oliveira e Oliveira Júnior (2017, texto digital):

A teoria queer ‘mostra que identidades são escritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais’. Ainda sobre o Autor observa-se que a sua compreensão sobre o tema é abranger a construção do sujeito, rompendo com o binarismo de gênero masculino/feminino, pois, esta é apenas uma condição para o seu nascimento que, por vezes, pode não ser condizente com auto determinação que o sujeito possui de si (Miskolci *apud* Oliveira e Oliveira Júnior, 2017, texto digital).

Tem-se que é indispensável trazer à tona a conceituação dos termos “sexo”, “gênero” e “orientação sexual”, uma vez que suas diferenças são de absoluta relevância para a efetiva compreensão do tema principal a ser abordado no futuro trabalho:

- a) **sexo:** o termo “sexo” refere-se ao que diz respeito ao fator biológico do indivíduo, ou seja, determina-se no momento do nascimento, de acordo com seu órgão genital.

Conforme Lanz (2014), existem quatro tipos diferentes de “sexo”: macho, fêmea, intersexuado e nulo. O sexo macho é identificado pelo órgão genital pênis e o sexo fêmea, por conseguinte, através do órgão genital vagina; os indivíduos que nascem com arranjo de órgão masculino e feminino se enquadram na espécie de sexo intersexuado, sendo que aqueles cuja formação da genitália não é passível de identificação são os indivíduos cujo sexo é nulo.

Nesse sentido, Jesus (2012) explica que o conceito de sexo está vinculado à organização biológica dos seres humanos como machos ou fêmeas, com fundamento nos cromossomos, órgão reprodutivo e genital, e quantidade de hormônios presentes em cada indivíduo, ou seja, possui relação direta com suas características orgânicas.

- b) **gênero:** conforme já referido anteriormente, o gênero está relacionado com aquilo que a sociedade espera de cada pessoa, considerando o seu sexo genital; é uma construção que pode variar de um lugar para o outro, de acordo com os costumes e culturas (LANZ, 2014).

Segundo Lanz (2012):

Por definição, a nossa cultura, assim como toda a cultura ocidental, reconhece a existência de duas e apenas duas, categorias de gênero: masculino e feminino ou homem e mulher. Essas duas categorias tentam naturalmente espelhar as duas principais categorias do sexo genital – macho e fêmea – das quais o dispositivo binário de gênero se apropria para classificar os indivíduos nascidos machos e fêmeas, respectivamente em homens e mulheres. (LANZ, 2012, texto digital).

Consoante demonstra a citação acima, o sexo está relacionado ao fator biológico, interligado no momento do nascimento de cada indivíduo, através do seu órgão genital. Já o gênero é definido através de uma nova construção de gênero, como o sujeito se vê, se comporta socialmente e como ele se identifica, em que não está condizente a seu sexo biológico; a identidade de gênero está diretamente ligada ao direito de personalidade.

Nessa mesma linha, nas palavras de Jesus (2012, p. 13) é “classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo”.

- c) **orientação sexual:** sobre a orientação sexual, a Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), artigo 1º, §1º, inciso I, assim define: “[...] referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”.

Nesse sentido, corrobora Lanz (2014, texto digital):

Orientação sexual está relacionada ao desejo erótico-afetivo de uma pessoa: com quem ela gosta de namorar e/ou fazer sexo. Embora se tratando de um conceito inteiramente distinto dos conceitos anteriormente descritos de sexo e gênero, na nossa cultura ocidental, a orientação sexual da pessoa é tida como um atributo umbilicalmente atrelado ao seu sexo

genital e, naturalmente, ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer em razão da sua genitália (LANZ, 2014, texto digital).

Logo, a orientação sexual possui um papel relevante, pois está intimamente ligada ao desejo, à atração sexual e emocional por indivíduos de mesmo gênero ou gêneros opostos, através de relações sexuais.

2.3 Direito ao nome e à identidade

Ao longo da história, verifica-se a importância da individualização do homem perante a comunidade na qual vive, pois essa possibilita sua identificação perante os demais, a família e a sociedade. Essa distinção é possível através do nome, que o torna único em suas particularidades e o faz sujeito de direitos e deveres com amparo e proteção pela lei.

Nesse sentido, Amorim (2003, p. 08) refere que:

A melhor doutrina atribui ao nome a natureza jurídica de direito de personalidade, na medida em que, como sinal verbal ou mesmo marca do indivíduo, o identifica dentro da sociedade e da própria família e é capaz de ser tutelado erga omnes (AMORIM, 2003, p. 08).

Da mesma forma, Elesbão (2002) destaca que o nome, ao mesmo tempo em que individualiza, constitui uma característica da personalidade do sujeito, e além disso o integra, identifica e personifica.

E segue o autor explicando que:

Discutiu-se muito a natureza jurídica do nome. Para alguns é um instituto de Direito Público, enquanto para outros representa o verdadeiro direito subjetivo do indivíduo. Houve até, quem visse no nome uma forma sui generis de propriedade. O art. 16 do Novo Código Civil Brasileiro, encerrando a controvérsia, assegura o direito ao nome, “nele compreendidos o prenome e o patronímico” (ELESBÃO, 2002).

Nessa mesma linha, Venosa (2003) refere que o nome constitui o direito personalíssimo e, para o entendimento de muitos, também constitui uma forma de direito de propriedade.

Assim sendo, afirma o estudioso:

O direito ao nome é um daqueles direitos da personalidade ou personalíssimo. Alguns vêem, no entanto, como forma de direito de propriedade, mas a posição é insustentável, porque o nome situa-se fora de

seu patrimônio (visto exclusivamente o termo do ponto de vista econômico), e é inalienável e imprescritível. (VENOSA, 2003, p.210).

Ressalta ainda o autor (2003) que o nome traz uma singularidade, com objetivo de proteção à identidade pessoal, não possuindo nenhuma relação com a patrimonialidade, diferentemente do nome comercial que está amplamente relacionado ao direito patrimonial, conseqüentemente por tratar de cunho mercantil.

Para Kohler, Roguin e Spancer Vampré apud Fiuza (2014, p. 169) “o direito a um nome amolda-se à categoria dos direitos pessoais absolutos. É direito subjetivo, individual, personalíssimo. É direito subjetivo público”.

Ainda, nesse mesmo encalço, Gonçalves (2017, p.137) pontua que:

o direito ao nome é espécie dos direitos da personalidade, pertencente ao gênero do direito à integridade moral, pois todo indivíduo tem o direito à identidade pessoal, de ser reconhecido em sociedade por denominação própria. Tem ele caráter absoluto e produz efeito *erga omnes*, pois todos têm o dever de respeitá-lo (GONÇALVES, 2017, p. 137).

Nesse sentido, também refere Madaleno (1998) que o nome civil detém suma importância, justamente na medida em que constitui uma manifestação que visa diferir o indivíduo nas esferas sociais e jurídica, ao passo que sua falta traria invisibilidade por conta da falta de individualização, conseqüentemente a perda da prática de atos, direitos, deveres, e responsabilidades morais, jurídicas e sociais, desconsiderando a todos, causando um verdadeiro desregramento social.

Oportuno o que pontua o estudioso:

É necessário que o homem tenha um sinal de identificação que o distinga claramente nas relações jurídicas e sociais, pois seria incompreensível, e a sociedade se apresentaria completamente desorganizada e tumultuada, acaso seus integrantes não pudessem ver tutelados os seus direitos e identificadas suas obrigações morais, legais, jurídicas e sociais, diante da ausência do seu meio de identificação. Negar a identidade seria levar cada indivíduo ao mais escuro e abjeto anonimato, nivelando todos, sem individualizar cada um, por seus valores, atributos e realizações. (MADALENO, 1998, p.154).

Assim, resta claro que o nome civil é direito de personalidade de suma relevância no ordenamento jurídico, tanto quanto o direito à imagem, por exemplo, e está intimamente vinculado à questão da própria identidade do ser humano, conforme será pontuado a seguir.

2.3.1 Elementos do nome

O nome cível é composto por determinados elementos, conforme refere o art. 16 do Código Civil Pátrio: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”.

Verifica-se que a própria legislação brasileira faz referência aos principais elementos fundamentais constitutivos do nome, quais sejam: prenome e sobrenome.

Segundo Brandelli (2012), o prenome e o sobrenome são os elementos que devem necessariamente compor o nome cível, sem os quais este não existe para o mundo jurídico, ou seja, não possui característica de nome cível da pessoa natural.

Destarte, ressalta-se a importância do uso do nome como meio de identificação, pois demonstra o direito ao nome, ao sobrenome, prenome e todos os elementos constitutivos fundamentais de sua formação.

Porém, em que pese esteja previsto no Código Civil Brasileiro, os elementos do nome possuem suas particularidades, podendo ainda causar uma certa indefinição no que tange ao uso de seu emprego, ora no que diz respeito ao nome, ora ao sobrenome.

Nesse sentido, FIUZA (2014) relata que:

A variedade de expressões para designar a ideia de nome vem causando na doutrina, com reflexos na própria lei, grave confusão. Assim é que se empregam os termos nome, prenome, apelido, nome de família, sobrenome, ora num sentido, ora noutro. A Lei de Registros Públicos utiliza a palavra nome em dois sentidos, ora no sentido de sobrenome, ora no sentido de nome completo. Usa também as palavras prenome, apelido de família e patronímico. Prenome, no sentido de primeiro lugar: José. Pode ser simples (José) ou duplo (José Augusto). Apelidos de família são as partes seguintes que integram o nome, uma do pai (patronímico), outra da mãe. É o que se denomina, vulgarmente, sobrenome. (FIUZA, 2014, p.168).

Nessa senda, o doutrinador Venosa (2003) referencia que também na legislação percebe-se uma verdadeira desordem, a qual não se atentou em classificar tecnicamente os termos no que diz respeito ao nome e sobrenome, deixando claramente por conta de cada autor a divisão dos elementos constitutivos do nome, sinalizando ainda que através da lei dos Registros Públicos houve uma alteração no registro do nascimento do infante.

Segue o raciocínio do autor:

Os termos nomes e prenomes vinham nos artigos 195, I, II, III e IV; apelido, no art. 240; nomes e sobrenomes, no art. 1039. Como percebemos, esse Código não se preocupa em dar uma fisionomia técnica ao assunto. Em razão disso, cada autor passou a classificar à sua maneira os elementos integrantes do nome. No entanto, foram as leis extravagantes que puderam aclarar a questão. A atual Lei dos Registros Públicos (art. 54, § 4º) declara como requisito obrigatório o assento de nascimento ‘o nome e o prenome, que foram postos à criança’ (VENOSA, 2003, p. 211).

Isto posto, após o confronto de inúmeros doutrinadores acerca da conceituação de prenome, se constata que a identificação da pessoa ocorre pelo primeiro nome.

Sobre o tema, Brandelli (2012) destaca que o prenome nada mais é do que o nome próprio da pessoa, ou seja, o que vem primeiro. No passado, o prenome era conhecido como “nome de batismo”.

Segue o autor (2012) pontuando que:

É o elemento designativo que identifica a pessoa, sem ainda preocupar-se com a origem familiar. É o elemento primeiro na formação do nome; [...] Serve o prenome para identificar a pessoa como indivíduo inserto no seio de determinada família e da sociedade. Se é o nome de família que identifica os membros integrantes de certa família, é o prenome quem, dentro da família, distingue seus componentes, fazendo-o também em relação à coletividade (BRANDELLI, 2012, p. 91).

De outra banda, Gonçalves (2012) refere que o sobrenome advém de sua família de origem, ou seja, é herdado de seus pais e é também conhecido como patronímico.

Nesse sentido, Brandelli (2012) sinaliza que:

têm-se denominado sobrenome os vocábulos subsequentes ao primeiro. Tal designação está longe da denominação coloquial, posto que, nesta, sobrenome é sinônimo de patronímico, porém, fez-se conveniente tal acepção técnico-jurídica em virtude de não haver outro termo para designar os vocábulos formadores do prenome composto subsequentes ao primeiro, os quais já têm sido identificados pelo termo sobrenome, o que tem certa utilidade jurídica (BRANDELLI, 2012, p. 92).

Donizette e Quintela (2017, p. 79), confirmando as teses dos estudiosos acima referidos, mencionam que “conforme o art. 55 da LRP, o nome é composto pelo prenome escolhido pela pessoa que realiza o registro do nascimento (chamada pela lei de declarante) e de um ou mais sobrenomes dos pais”.

2.3.2 Princípio da Imutabilidade do Nome

Inicialmente, cumpre destacar que existe uma considerável gama de princípios inerentes à proteção e ao amparo do nome cível, contudo o foco desta monografia ater-se-á às questões relativas ao uso do nome social e suas possibilidades, de forma que somente abordará o princípio da imutabilidade do nome cível e suas exceções, pois indispensável para a análise e conclusão do problema.

Sobre os princípios que regem o uso do nome civil, o estudioso Madaleno (1998) sinaliza que o nome possui um papel relevante por percorrer entre as esferas jurídicas e sociais, possuindo uma função identificadora e exclusiva que compõe o sujeito e o meio no qual vive, possuindo particularidades, tais como indisponibilidade, imprescritibilidade e imutabilidade.

O autor supracitado segue nessa linha, dizendo que:

O nome tem a função de identificação das pessoas e, conforme Spota, constitui-se, por isto, num direito subjetivo, extrapatrimonial, tendo importância que transita entre o jurídico e o social, como representação da personalidade moral, intelectual e econômica do homem. [...] como atributos que concorrem para constituir a essência de sua personalidade, é de seu nome que emerge a sua identificação exclusiva dentro de sua comunidade, e esta sua identidade adquire os caracteres de indisponibilidade, imprescritibilidade e imutabilidade (MADALENO, 1998, p.154).

Dessa forma, o princípio da imutabilidade do nome é considerado princípio fundamental no que diz respeito ao nome cível, uma vez que assegura a individualização do homem perante sua família e também a sociedade.

Brandelli (2012) pontua que a instabilidade do nome vai de encontro ao interesse social e jurídico, na medida em que afasta a possibilidade de identificação certa e permanente das pessoas, possibilitando uma série de fraudes, por exemplo.

Segue o doutrinador (2012) referindo que:

Assim, a necessidade de individualização dos membros da sociedade roga pela imutabilidade do nome, eis que, se assim não fosse, “gerar-se-ia a maior das confusões na identificação das pessoas, a que se destina, com a maior repercussão na vida social e jurídica, quer nas relações estabelecidas entre particulares, quer nas relações destes com o Estado (BRANDELLI, 2012, p. 74).

Nesse encalço, Vale (2017) destaca que o nome cível é sim regido pelo princípio da imutabilidade, na medida em que a simples vontade de modificação

possui o condão de arriscar o equilíbrio das relações pessoais e sociais, características essas essenciais para a manutenção da segurança jurídica.

E, no mesmo sentido, evidencia Gonçalves (2012):

A imutabilidade do prenome é salutar, devendo ser afastada somente em caso de necessidade comprovada, e não simplesmente porque ele não agrada ao seu portador. A facilitação da mudança pode ser realmente nociva aos interesses sociais (GONÇALVES, 2012).

Em contrapartida, como denota a citação acima, esse princípio é passível de alguma relativização em poucos e determinados casos, sempre quando a alteração do nome for imperiosa para a proteção de outros direitos, tão fundamentais quanto este, como por exemplo a dignidade da pessoa ou a sua honra e imagem.

Tais exceções, conforme menciona Vale (2017), encontram-se positivadas na Lei de Registros Públicos, que permite a modificação do nome cível em casos imperiosos e amplamente justificados, como exceção à regra, que é a imutabilidade.

E segue o doutrinador (2017, texto digital) expondo que:

Desta Maneira, muito embora a inalterabilidade seja a regra, deve ceder ante circunstâncias imperativas, principalmente quando se impõe a correção de equívocos prejudiciais a vida do indivíduo ou quando se mostrar viável a alteração do nome quando submete o titular à chacota, ao escárnio, ao desprezo, fazendo-se seu titular envergonhar e buscar ocultamento da própria sociedade. Em todos os casos, entretanto, deve haver sempre a preocupação de preservar os apelidos de família e de não causar prejuízo a outrem ou à ordem jurídica, como por exemplo, causar fraudes em detrimento de credores ou proporcionar embaraço à aplicação da Lei e da Justiça (VALE, 2017, texto digital).

Nessa mesma linha, Gagliano (2004) pontua que o nome cível poderá sofrer alterações somente em razão de motivos fundamentais, não apenas por “melindre ou capricho pessoal”, pois perderia a própria identidade do indivíduo.

Assim, relevante mencionar que há inúmeras situações onde poderão ser realizadas a troca do nome, destacando-se, dentre elas, aquela decorrente da mudança de gênero dos sujeitos transgêneros, conforme será abordado nos capítulos seguintes.

3 OS TRANSGÊNEROS E OS ASPECTOS JURÍDICOS QUANTO AO GÊNERO

O Brasil não possui uma legislação infraconstitucional específica que ampare e devidamente proteja os sujeitos transgêneros e, portanto, tem-se o reconhecimento dos direitos de personalidade como o nome, a intimidade e a identidade de gênero por intermédio de alterações do registro civil, como um dos direitos essenciais basilares da condição humana.

Os Decretos, portarias, resoluções e entendimentos jurisprudenciais são responsáveis por regulamentar as questões referentes aos direitos dos transgêneros, sustentados pela Constituição Federal, como forma de proteção e garantias constitucionais.

Desse modo, este capítulo terá como objetivo identificar determinadas mudanças no âmbito normativo quanto ao gênero no ordenamento jurídico brasileiro, desde a proteção constitucional e infraconstitucional, até a possibilidade de realização de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual e a possibilidade de alteração do nome no registro civil.

3.1 Proteção constitucional aos sujeitos transgêneros

Embora ainda não exista amparo jurídico específico e proteção constitucional exclusiva aos sujeitos transgêneros, seus direitos são tutelados através de uma série de princípios positivados na Carta Magna de 1988.

De acordo com a norma constitucional, o Brasil é Estado Democrático de Direito, o que impõe o respeito primordial aos direitos humanos e às garantias fundamentais.

Dessa forma, Araújo (2000) refere que a sociedade é composta por uma multiplicidade de situações, não podendo haver uma verdade única e real, ou seja, mesmo que a verdade majoritária respalde o ordenamento jurídico, não pode desconsiderar a forma como vivem as minorias.

Segue o autor (2000, p. 02), ao abordar a multiplicidade de valores da alma humana, dizendo que:

A democracia é confirmada na valorização da maioria, sem o desprezo da minoria. Quando falamos em estado Democrático, falamos da vontade majoritária, mas não da ditadura da maioria. No primeiro caso há prestígio da vontade majoritária, com consideração das mais variadas correntes minoritárias. No segundo, não se encontra uma preponderância da maioria, mas apenas a consideração desta, com desprezo pela minoria (ARAUJO, 2000, p. 02).

Sendo assim, conclui Araújo (2000) que o Estado Democrático de Direito deve buscar sempre o equilíbrio entre o desejo da maioria e a escolha da minoria, o bem comum, e principalmente, a felicidade.

No caso em comento, a comunidade de transgêneros ocupa o lugar das minorias, devendo ser respeitada e amparada pelo Estado, de acordo com os valores do pluralismo e da igualdade entre seus cidadãos.

Além da premissa acerca do Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal também faz referência ao princípio da isonomia, determinando uma sociedade livre de preconceitos, que trate todos os seus cidadãos de forma igualitária, sem qualquer discriminação, inclusive no que diz respeito às questões de gênero e sexo.

Discorrem Cardin e Gomes ([201-], texto digital) acerca do princípio da igualdade que:

No que tange a identidade de gênero, os indivíduos que se reconhecem transgêneros (transexuais e travestis), não são tratados com igualdade pela família, pelo direito e pela sociedade em decorrência da sua condição e porque geram aversão e repugnância. No caso dos transexuais, porque há uma disforia entre o gênero e o sexo e em relação aos travestis uma discrepância do visual com o sexo biológico (CARDIN e GOMES, texto digital).

Nesse sentido, o doutrinador Nascimento (1997) refere que a norma constitucional não está somente direcionada ao bem-estar de um indivíduo, mas sim ao bem-estar de todos, visando proteger e assegurar o afastamento de qualquer forma de discriminação e preconceitos, formando uma sociedade justa e igualitária, independentemente do sexo e opção sexual.

Segue o autor (1997) afirmando que:

O afastamento de qualquer preconceito é ideia filosófica de nosso texto constitucional. Já no Preâmbulo se fala em “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito”. No artigo 5º da Carta atual, regra-se que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” [...] Todos devem ser tratados igualmente. No [preconceito] do sexo, a igualdade não deve se circunscrever ao homem e à mulher. Um dos grupos mais discriminados no Brasil é dos homossexuais, o que é inadmitido constitucionalmente. (NASCIMENTO 1997, p.204).

A Carta Constitucional igualmente protege o princípio da liberdade, o qual determina que, nas palavras de Lopes (2007), todo indivíduo possui o direito de escolha, através do qual pode conduzir sua vida da forma como lhe convém, na medida em que não é possível impor aos demais os deveres que tem consigo.

Nesse sentido, pontuam Cardin e Gomes ([201-], texto digital) que a função do direito é buscar a justiça, o que só é possível garantindo a liberdade ao ser humano.

E seguem os autores Cardin e Gomes ([201-], texto digital):

A liberdade também integra o rol de direitos fundamentais e por sua vez é de suma importância para o reconhecimento da identidade de gênero. A livre expressão desta também é imprescindível para o desenvolvimento do ser humano e constitui a garantia para o resguardo das particularidades intrínsecas de cada pessoa e de sua personalidade (Cardin e Gomes, [201-], texto digital).

Desse modo, Araújo (2000) descreve que, para haver uma sociedade igualitária, independente e participativa, onde a sua construção deva ser baseada na liberdade para a busca da felicidade, faz-se necessário acolher os anseios do seu povo.

Assim, nas palavras do autor (2000), este diz que:

A construção de uma sociedade livre, justa e solidária não pode ter significado sem o atendimento dos anseios de seus indivíduos. O sentido de liberdade, justiça e solidariedade passa pelo alcance pessoal da felicidade. Os indivíduos têm o direito, para alcançar uma sociedade livre, justa e

solidária, a buscar o caminho de sua felicidade. Nesse passo, o transexual teria o direito de buscar o meio de ser mais feliz, de eliminar a contradição existente em sua vida (ARAUJO, 2000, p. 100).

Seguindo na mesma linha do raciocínio acima referido, é importante destacar que o Preâmbulo da Constituição Federal trata da liberdade como valor supremo e, de acordo Nascimento (1997), os princípios inalam uma valorização social pluralista em que se destaca a liberdade, o livre arbítrio para fazer as suas próprias escolhas de forma legal, e que por meio delas seja a mais coerente.

O autor supracitado (1997) segue lecionando que:

Todo princípio expressa um valor social e, no caso, acolhido, explícita ou implicitamente, pelo texto constitucional. Um dos princípios constitucionais que entendemos implícito é do pluralismo social. No Preambulo da Constituição, fala-se em liberdade como valor supremo de sociedade pluralista. O ser livre numa sociedade pluralista envolve, no mínimo, a ampla opção no terreno das ideias, podendo a pessoa humana escolher, sempre com respeito ao lícito e aos bons costumes, dentre várias, a ideia ou conduta que lhe pareça a mais razoável. (NASCIMENTO, 1997, p.91).

Nesse sentido, como forma de proteção à intimidade, à honra, à imagem do indivíduo e ainda à inviolabilidade da vida privada, refere Gonçalves (2014) que através do artigo 5º, X da Constituição Federal Pátria, há fundamento para afirmar que é lícita a cirurgia de mudança de sexo devido a situações discriminatórias e vexatórias de sujeitos transexuais, sendo relevante a maneira como se apresenta com o sexo oposto daquele que se manifesta perante as pessoas e a sociedade. Através da Resolução do Conselho Federal de Medicina e do artigo 13 do Código Civil, considera-se admissível a pessoa dispor do seu próprio corpo, autorizando a cirurgia de redesignação sexual e alteração do nome no registro civil.

Segue o Autor supracitado (2014) ensinando que:

A Resolução n.1487/97 do Conselho Federal de Medicina, todavia, não considera ilícita a realização de cirurgias que visam à adequação do sexo, autorizando-as. 'A Constituição Federal de 1988, por sua vez, em seu art. 5º, X, inclui entre os direitos individuais a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, fundamento legal autorizador da mudança do sexo jurídico de transexual que se submeteu a cirurgia de mudança de sexo, pois patente seu constrangimento cada vez que se identifica como pessoa de sexo diferente daquela que se aparenta ser'. Em conformidade com tal posicionamento, aprovou-se na IV Jornada de Direito Civil, realizada pelo CJF/STJ, o Enunciado 276, retromencionado, do seguinte teor: 'o Art. 13 do Código Civil ao permitir a disposição do próprio corpo por exigência médica, autoriza as cirurgias de transgenitalização, em conformidade com os procedimentos estabelecidos

pelo Conselho Federal de Medicina, e a consequente alteração do prenome e do sexo no Registro Civil' (GONÇALVES, 2014, p. 197).

Por fim, indispensável fazer menção àquele que constitui um dos pilares da Constituição Federal de 1988: o princípio da dignidade da pessoa humana.

Segundo Araujo (2000), o princípio da dignidade da pessoa humana é responsável pela formação e pela interpretação de todo sistema jurídico pátrio e que fornece o acesso para os indivíduos serem íntegros.

Nesse sentido, Araujo (2000) pontua que:

É certo que a expressão 'dignidade da pessoa humana' tem um forte conteúdo moral, mas os autores constitucionalistas procuram deixar claro que não foi esse o aspecto que o legislador pretendeu evidenciar. O que se buscou enfatizar foi o fato de o Estado ter como um de seus objetivos proporcionar todos os meios para que as pessoas possam ser dignas (ARAUJO, 2000, p. 102).

Como se observa, segundo o estudioso Araujo (2000), é no princípio da dignidade da pessoa humana que se encontra todo respaldo e apoio necessário para invocá-los, seja ela na construção ou na interpretação do judiciário, promovendo o bem-estar da totalidade.

Nas palavras do próprio autor Araujo (2000), este menciona que:

São os princípios fundamentais as regras básicas do Estado brasileiro seu cerne, sua entidade. Mas, talvez de todos os princípios anunciados, o princípio da dignidade da pessoa humana e o da promoção do bem de todos mereçam nossa maior atenção, quer pelo seu alcance, quer pela sua clareza, (ARAUJO, 2000. p.101).

Dessa forma, é relevante ressaltar que dentre vários princípios e direitos que são fundamentais e basilares da condição humana, mais especificamente no que tange ao estudo em tela, o princípio da dignidade da pessoa humana, o direito à liberdade, à igualdade, à intimidade, e o direito de dispor do seu próprio corpo, em consonância com a Carta Magna, destacam-se.

Assim, para que haja equilíbrio, proteção e garantias constitucionais com a perfeita efetivação dos direitos dos sujeitos transexuais, tais princípios devem sustentar a legislação através dos decretos, resoluções e portarias, sempre possibilitando o exercício de cidadania em consonância com a felicidade plena.

3.2 Decretos, Resoluções e Portarias, Conselho Federal de Medicina/ Psicologia.

Além da proteção constitucional já mencionada, que se dá através dos princípios pontuados anteriormente, os direitos dos transexuais também encontram guarida em uma série de normas infraconstitucionais, por meio de decretos presidenciais, resoluções e portarias vinculadas a diversos órgãos, tais como o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Psicologia.

Historicamente, no âmbito nacional, o Estado do Pará foi pioneiro no que diz respeito à normatização do uso do nome social, através da Portaria nº 16/2008 da Secretaria de Estado de Educação. Esta determinou que a partir do ano de 2009 todas as escolas da Rede Pública Estadual do Pará deveriam oportunizar, no ato da matrícula aos alunos, a opção de fazer o uso do nome social se o sujeito assim desejasse.

Já a Resolução nº 11/2014 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e a Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) atua no sentido de esclarecer a diferença entre os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero. Reproduzindo no Brasil os Princípios de Yogyakarta, como forma de diminuir a discriminação e o preconceito frente à comunidade trans, tal diferenciação faz-se necessária na medida em que torna o conhecimento público, bem como os conceitos relacionados a esses indivíduos.

Nessa linha, com a entrada em vigor da Resolução nº 12/2015 do CNCD/LGBT, passaram a ser estabelecidos determinados parâmetros de utilização do nome social, no intuito de viabilizar a garantia de acesso igualitário aos transexuais e travestis e “todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais” nos sistemas e instituições de ensino do país.

Neste norte, em 2016 a Presidente Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 8.727, estendendo o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Na esfera estadual, mais precisamente no Estado do Rio Grande do Sul, foi promulgado o Decreto nº 49.122 de 2012, que regulamenta a confecção da Carteira do Nome Social para travestis e transexuais, limitando o cidadão a determinadas regras, tais como a impossibilidade de alteração do Nome Social, após escolhido. Esta norma também atribui ao Instituto Geral de Perícias a responsabilidade pela expedição da Carteira do Nome Social.

É de suma importância destacar a Portaria 457/2008 do Ministério da Saúde, através da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1652/2002, a qual autoriza a cirurgia de transgenitalização pelo Sistema Único de Saúde – SUS, em todas as unidades Federadas, juntamente com unidade hospitalar em parceria com a rede e equipe interdisciplinar e multiprofissional para o processo transexualizador. Essas equipes atuam desde o acolhimento considerado na humanização e no respeito às diferenças, fazem acompanhamentos terapêuticos e elaboram laudos psicossociais através do Conselho Federal de Psicologia, os quais possuem um papel de grande relevância, sendo indispensáveis para a realização (ou não) da cirurgia de transgenitalização, a qual toda a rede ampara, acompanhando também o pós-cirúrgico, por exemplo.

Diante do exposto, verifica-se que os sujeitos transgêneros possuem ainda uma longa caminhada pela frente em busca de seus direitos, garantias e proteção, em que pese não possuírem ainda uma legislação específica como forma de proteção constitucional. Percebe-se que o processo evolutivo surge gradativamente, através dos Decretos e Resoluções acima referidos; todavia, para que esse processo continue evoluindo e se perfectibilize, faz-se necessária a invocação dos direitos elencados na Carta Magna, garantindo mediante as políticas sociais e econômicas, como o Direito à Saúde, com acesso universal e igualitário, promovendo proteção, recuperação, qualidade de vida, onde o Estado se responsabiliza e disponibiliza os meios através do Sistema Único de Saúde-SUS para todos.

3.3 Direito à Saúde, Sistema Único de Saúde-SUS, Despatologização.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e

enfermidades”. Assim, a saúde é um direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica, e se constitui como um valor coletivo, um bem de todos.

Registre-se que o direito à Saúde está previsto na Constituição Federal, sendo considerado direito essencial e basilar da condição humana, mensurado nos arts. 6º e 196 da Constituição, sendo o Estado considerado responsável pelas garantias e por promover o acesso universal e democrático dos cidadãos, objetivando minimizar as enfermidades e o reestabelecimento.

Art. 196, CF. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste norte, a Constituição de 1988 elencou a saúde como direito de todos e dever do Estado, e para garantir esse direito, criou o Sistema Único de Saúde (SUS), que se baseia em três pilares, quais sejam: universalidade, igualdade de acesso e integralidade no atendimento, tudo com sustentação na democracia.

Marques, Assis, Dresch e Iunes (2016, texto digital) conceituam os pilares como:

Universalização: a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais.

Equidade: o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.

Integralidade: este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos (MARQUES, ASSIS, DRESCH e IUNES, 2016, texto digital).

Outrossim, em relação aos sujeitos transgêneros, demonstra que o Estado se responsabiliza por promover a saúde para todos e assegura o direito ao próprio corpo, conforme Viera apud Araújo (2000), que sinaliza que o corpo e a mente do transexual precisam estar em harmonia à adaptação de sexo e nome, sendo o direito à saúde sobre a ótica de identidade pessoal.

Segue o autor Viera *apud* Araújo (2000, p.66) dizendo que:

O direito à busca do equilíbrio corpo-mente do transexual, ou seja, à adequação de sexo e prenome, está ancorado no direito ao próprio corpo, o direito à saúde (arts. 6º e 196 da Constituição Federal), principalmente, no direito à identidade sexual, a qual integra um poderoso aspecto da identidade pessoal (VIERA *apud* ARAÚJO, 2000, p.66).

Da mesma forma, Szaniawski (1998) descreve que há uma ligação direta entre a identidade sexual e a identidade pessoal, relacionadas com uma variedade de direitos e proteção, como o direito de dispor do seu próprio corpo, ou seja, a pessoa por ela mesma, através da tutela do direito à saúde e a integridade física e psicológica.

Nas palavras do estudioso, este relata que:

A identidade sexual é considerada como um dos aspectos fundamentais da identidade pessoal, que possui uma estreita ligação com uma pluralidade de direitos, que permitem o livre desenvolvimento da personalidade que possui em seu conteúdo, a proteção à integridade psicofísica, a tutela à saúde e o poder de disposição de partes do próprio corpo, pela pessoa. (SZANIAWSKI, 1998, p.34).

De acordo a Organização Mundial da Saúde, percebe Lucarelli *apud* Araújo (2000) que o conceito contemporâneo de saúde do transexual está amplamente relacionado ao estado psicológico, ao estado físico e ao social, e que na medida em que há um distúrbio psíquico é passível de reparação.

Conforme Lucarelli *apud* Araujo (2000):

O conceito atual de saúde, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, compreende o bem-estar físico, psíquico e social. No transexual, sua situação lhe acarreta um desajuste psíquico que deve ser reparado (LUCARELLI *apud* ARAUJO, 2000, p.66).

Igualmente, a autora Dias (2000) entende que não se pode falar de bem-estar psicossocial sem a adequação ao registro, porquanto neste está assegurado o direito à saúde.

Segue a doutrinadora Dias (2000) referindo que:

Conforme a Organização Mundial da Saúde, OMS: 'Saúde é o completo estado de bem-estar físico, psíquico e social'. A incoincidência da identidade do transexual provoca desajuste psicológico, não se podendo falar em bem-estar físico, psíquico ou social. Assim, o direito à adequação do registro é uma garantia à saúde, e a negativa de modificação afronta imperativo constitucional, revelando violação aos direitos humanos (DIAS, 2000, p. 110).

De acordo com o acima referido, para que o sujeito trans possa viver em harmonia, em consonância com o bem-estar físico, psíquico e social, o Estado é responsável por promover o acesso à Saúde. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) se destaca por possuir um papel de suma relevância, pois é através dela que são definidas as classificações das doenças, por meio do CID (Classificação Internacional das Doenças) como, por exemplo, o Transgênero, que é atualmente considerado como uma patologia, ou seja, uma doença mental, previsto na CID 10 F64 (CID, [201-], texto digital).

Atualmente vive-se em um padrão de sociedade heterossexual e patriarcal, que, contudo, aos poucos vem evoluindo e ampliando conhecimento acerca das questões relacionadas ao gênero, através da divulgação dos conceitos e das pesquisas na área.

Nessa árdua desconstrução de antigos conceitos e, principalmente, de preconceitos, a Organização Mundial da Saúde está trabalhando para a retirada do transexualismo da lista da Classificação Internacional de Doenças.

Segundo Catelan *apud* Rosa (2016, texto digital), existe um movimento ativo na área da psicologia internacional buscando a despatologização das identidades trans, no sentido de perceber o gênero como uma autodesignação e conceber expressões de gênero não hegemônicas.

Segue o autor (2016, texto digital) mencionando que:

Esse mesmo movimento da psicologia, no âmbito acadêmico, tem buscado desenvolver pesquisas que apontem as condições precárias e vulneráveis de vida a que estão expostas as pessoas trans, procurando criar recursos para atuação psicossocial na prevenção à violência e no aumento da capacidade de resiliência, por exemplo (CATELAN *apud* ROSA, 2016, texto digital).

Nessa linha, Almeida e Murta (2013, texto digital) reforçam que:

Hoje cresce no cenário internacional e nacional a campanha 'Stop Trans Patologization', que recebe influência de teóricos e ativistas queer, compreendendo os gêneros como construções instáveis, contingentes e plurais. Seus protagonistas defendem o direito de todos/as se expressarem a partir dos atributos convencionados como femininos e masculinos que julgarem convenientes, sem que recebam por isso classificações e/ou sanções sociais. Defendem ainda o direito de todas as pessoas de modificarem livremente seus corpos de modo a adequá-los às suas necessidades particulares e contingentes (ALMEIDA e MURTA, 2013, texto digital).

Contudo, apesar de ser considerada um avanço por uma série de pesquisadores e ativistas do movimento trans, a retirada do transexualismo da CID ainda não é algo pacificado e carece de análises e reflexões indispensáveis.

Catelan *apud* Rosa (2016, texto digital) pontua que a OMS tem discutido acerca da possibilidade de dispor a transexualidade na categoria de condições médicas gerais, deslocando-a do capítulo dos transtornos mentais.

E segue o especialista (2016) dizendo que:

É uma decisão polêmica, não há consenso em relação a isso dentro do movimento social e entre os pesquisadores, pois não se sabe o efeito que isso pode ter no SUS sobre o custeamento de processos de afirmação de gênero como cirurgias de redesignação genital e terapia hormonal, por exemplo. Precisaremos aguardar a publicação da nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11) para sabermos os reais impactos dessas mudanças, mas tanto o movimento social quanto os pesquisadores ligados à pauta têm estado otimistas. O estigma do transtorno mental sobre uma categoria que não representa um transtorno mental é muito pesado. Nem todas as pessoas trans têm disforia de gênero. É muito complicado generalizar. Deixando como está, cria-se uma situação complicada, que submete a vida de pessoas e decisões sobre seus corpos na mão de profissionais da saúde que nem sempre tem o preparo adequado e uma postura ética para lidar com esses casos. É preciso caminhar cada vez mais em direção à autonomia das pessoas trans sobre o que fazer com suas vidas, seus corpos (CATELAN *apud* ROSA, 2016, texto digital).

Assim, indispensável é o debate acerca da possibilidade de retirada do transexualismo da lista do CID ou até mesmo do seu deslocamento, na medida em que interfere diretamente na vida dos indivíduos trans. Contudo, deve ser analisada com extrema cautela, considerando e prevendo as mais diversas consequências dela resultantes, especialmente no âmbito da saúde pública (SUS) e suas repercussões sociais.

3.3.1 Cirurgia de transgenitalização e rede interdisciplinar e multiprofissional

No contexto jurídico, o nome ocupa lugar de extrema relevância por estar intimamente ligado aos direitos de personalidade e, por conseguinte, constitui desmembramentos relacionados ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. No rol dos direitos de personalidade, o nome é considerado bem jurídico que busca proteção da intimidade e da individualidade e, por tal importância, merece a mais ampla e absoluta tutela jurídica (DIAS, 2016).

Segundo essa doutrinadora (2016), no momento do nascimento é realizada a identificação do sujeito observando a sua anatomia, consoante a sua genitália externa, e desde logo o sistema jurídico e sua rede de fiscalização determina uma identidade sexual hipoteticamente imutável e única. Contudo, para a atribuição da identidade sexual, a aparência não é a única hipótese, uma vez que quando há divergência entre a identidade civil e a identidade sexual, deve se espelhar a identidade social.

Assim sendo, conforme já referido no capítulo anterior, uma das principais características do nome dentro do ordenamento jurídico pátrio é a sua imutabilidade. Especificamente em se tratando dos sujeitos transgêneros, essa imutabilidade pode ser mitigada, com vistas a impedir que o sujeito passe por situações constrangedoras e vexatórias ao apresentar características físicas diversas do gênero do seu nome civil.

Uma das formas que possibilitou aos sujeitos transgêneros a retificação do nome no registro civil foi a cirurgia de redesignação sexual, ou seja, uma intervenção cirúrgica capaz de adequar o sexo biológico para a identidade de gênero.

No primeiro momento cumpre informar que atualmente, no Brasil, todo o processo transexualizador é perfectibilizado pela rede pública de saúde - SUS, desde o acolhimento do indivíduo trans, passando pelo atendimento multiprofissional (psicólogos, psiquiatras, assistente sociais e médicos relacionados), pelo efetivo procedimento cirúrgico, até o pós-operatório.

Através de uma breve conceituação histórica no Brasil, Rossi (2018) esclarece que em meados do ano de 1971, o médico cirurgião plástico Roberto Farina - na época, um dos mais conceituados cirurgiões plásticos do país -, foi pioneiro ao realizar a cirurgia de mudança de sexo no Hospital Oswaldo Cruz, em São Paulo.

A jornalista (2018) segue relatando que, para que fosse possível a realização do procedimento cirúrgico, a paciente Waldirene (Waldir Nogueira) recebeu acompanhamento de uma equipe multidisciplinar por mais de dois anos, que atestou sua transexualidade, comprovando que a sua identidade de gênero era de fato diferente do seu sexo biológico.

Assim sendo, todo o avanço conquistado na medicina, segundo Dias (2000), não teve o mesmo êxito e acompanhamento na legislação pátria, sendo que na época, esse tipo de cirurgia de readequação sexual era vista como prática de mutilação dos corpos e não como corretiva, perante o conselho ético vigente.

Nas palavras da doutrinadora Dias (2000):

O fato que a omissão regulamentadora acabou levando a classe médica a uma problemática ético-jurídica e a questionamentos sobre a natureza das intervenções cirúrgicas e a possibilidade de sua realização. O IV Congresso Brasileiro de Medicina Legal, realizado em 1974, classificou como mutilante, e não como corretiva a cirurgia para a troca de sexo, concluindo que sua prática feria o Código de Ética Médica. Alcançou grande ressonância a condenação do cirurgião plástico Roberto Farina à pena de dois anos de reclusão por infringência ao art. 129, §2º, do Código Penal (DIAS, 2000, p. 108).

Com o passar dos anos, as discussões acerca do transexualismo foram tendo maior visibilidade e abrangência, sendo possível verificar inúmeros avanços no que diz respeito às mudanças na legislação, resoluções, saúde, integridade física e visibilidade social.

De acordo com a atual Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1955/2010 (texto digital), que revoga as resoluções anteriores e dispõe acerca da Cirurgia de Transgenitalização, o procedimento não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal, e tem o propósito de adequar o sexo psicológico ao biológico, por considerar o “paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual”.

Dessa forma, a referida Resolução (texto digital), autoriza a cirurgia de transgenitalização dos tipos neocolpovulvoplastia e neofaloplastia, considerando o distúrbio de forma contínua por dois anos, através do acompanhamento de toda a rede multidisciplinar e de multiprofissionais da área médica, psicológica, assistente social, cirurgião, psiquiatra, endocrinologista em pacientes com idade maior de 21 anos.

Assim, surgiram inúmeras repercussões tanto na esfera judicial como também na medicina, pois o sujeito transexual possui no seu íntimo a certeza de que está dentro de um corpo que não é seu, ou seja, o sexo biológico não corresponde ao seu psicológico, segundo Dias (2000), passando a sentir uma profunda insatisfação com o sexo biológico, levando-o a buscar formas de adequação a seu espírito

através de tratamento com medicamentos hormonais, terapias, até a cirurgia de transgenitalização na busca incessante de ser feliz.

Nas palavras da estudiosa Dias (2000):

Eventual incoincidência entre o sexo morfológico e o psicológico gera problemas de diversas ordens. Além de um profundo conflito individual, acabam ocorrendo repercussões nas áreas médicas e jurídicas, pois o transexual tem a sensação de que a biologia se equivocou com ele. Ainda que reúna em seu corpo todos os caracteres orgânicos de um dos sexos, seu psiquismo pende, irresistivelmente, ao sexo oposto. Mesmo sendo aparentemente “normal”, nutre um profundo inconformismo com o sexo biológico, a par de intenso desejo de modificá-lo, o que leva à tentativa de adequar a externalidade à sua alma. O Processo transexual, que começa com vestir-se como o outro sexo, passa por tratamento hormonal, terapia e termina em cirurgia. Não é um processo passageiro. É a busca consistente de integração física, emocional, social, espiritual e sexual, conquistada com muito esforço e sacrifícios por pessoas que vivem infelizes e muitas vezes depressivas quanto ao próprio sexo. Psicanalistas norte-americanos consideram a cirurgia corretiva do sexo como a forma de buscar a felicidade a um invertido condenado pela anatomia (DIAS, 2000, p. 106).

Cumprir destacar que, para a efetiva realização da cirurgia de redesignação ou transgenitalização sexual, como visto anteriormente, são exigidos alguns critérios, tais como o tratamento e acompanhamento de toda a rede multidisciplinar. Contudo, segundo Szaniawski (1998), se faz indispensável o consentimento da pessoa que irá passar pela operação cirúrgica, uma vez que o indivíduo possui o direito de dispor do seu próprio corpo, garantindo-lhe a opção de fazer ou não a mudança de redesignação sexual, chegando a ser comparado, em alguns casos, com o direito de propriedade.

Nas palavras do Autor (1998), este diz que:

Para alguns, trata-se de um direito de propriedade que todos teriam sobre seu próprio corpo e sobre as partes destacadas do mesmo. Neste sentido, o poder de disposição que todo indivíduo tem em relação ao seu corpo reside na titularidade de um direito de propriedade sobre o mesmo, possuindo o indivíduo o *ius utendi*, o *ius frundi* e o *ius abutendi*, sendo que este último estaria, hodiernamente, substituído pelo direito de disposição de seu próprio corpo. Sob este de vista, na qualidade de proprietário que todo indivíduo seria em relação ao seu corpo, nasce, como seu corolário, o poder de disposição sobre o mesmo, surgindo, conseqüentemente, o direito ao indivíduo de consentir na intervenção cirúrgica para a modificação de seu sexo (SZANIAWSKI, 1998 p. 75).

Nessa senda, segundo os Autores Kolodny, Masters e Johnson (1982), se faz necessário ao transexual um tempo para adaptação, como se vestir, labutar, sobreviver, e se portar de acordo com o sexo oposto, como forma de estar convicto

e realmente desejar fazer a cirurgia de transgenitalização sexual, sendo uma maneira do sujeito transexual experimentar diversas situações correspondente a sua própria escolha, visto que esse período é de suma importância para sua saúde psíquica e ao processo socializador posterior à cirurgia, se assim desejasse.

Seguem os estudos Kolodny, Masters e Johnson (1982) dizendo que:

O período experimental de viver, trabalhar e vestir-se no papel de gênero oposto serve a várias finalidades. Primeiro, esse período proporciona tempo para avaliação adicional das capacidades de luta e saúde psicológica geral do transexual. Segundo, se o paciente for incapaz de confrontar-se com as pressões encontradas nessa fase, ou vacilar em sua convicção sobre o desejo da cirurgia, pode ser decidido que a cirurgia não tende a ser benéfica. Terceiro, o período de prova possibilita ao paciente determinar se ele ou ela está tomando uma decisão confortável e correta. Finalmente, esse tempo é um período de ensaio durante o qual o transexual precisa submeter-se a um cuidadoso processo de socialização e aprendizado, de modo a que o comportamento pós-cirúrgico vá ser razoavelmente coerente com a aparência (KOLODNY, MASTERS e JOHNSON, 1982, p. 470).

Assim sendo, após tantas lutas diárias, angústias, medos, decepções, no que tange à realização da readequação do sexo, Szaniawski, (1998) menciona que nem sempre a cirurgia de transgenitalização trará plena satisfação ao sujeito que se submete ao procedimento, pois poderá ainda ocasionar desgosto e desilusão.

Segue o Autor (1998) descrevendo que:

[...] O paciente masculino sofre a amputação de seu falo e dos seus testículos, sendo construído, no seu lugar, uma neovagina, mediante a utilização da pele escrotal. São-lhes criadas mamas de silicone, e os demais atributos femininos secundários são adquiridos mediante aplicação de terapia hormonal. No transexual feminino é realizada a intervenção que tem por objetivo o fechamento da abertura vaginal, construindo-se em seu lugar, um neopenis e testículos de silicone. São-lhe extirpadas as mamas e são-lhe outorgados os atributos secundários masculinos mediante tratamento hormonal (SZANIAWSKI, 1998, p. 83).

Diante o exposto, Araujo (2000) refere que em virtude da realização da intervenção cirúrgica, faz-se necessário que a pessoa tenha pleno conhecimento acerca de que suas funções sexuais não serão iguais às que possuía anteriormente, mais especificadamente no que diz respeito aos desejos físicos, à vida sexualmente ativa e à capacidade de reprodução, ao passo em que o paciente precisa estar conscientizado diante da decisão tomada, que deverá ser precedida pelos profissionais da área da psicologia, com apoio e tratamento psicológico necessário.

Segue o Autor (2000) descrevendo que:

Poder-se-ia perguntar se as funções sexuais completas seriam entregues ao indivíduo que se submeteu à cirurgia de redesignação sexual. A cirurgia não vai tornar o indivíduo pleno em todos os sentidos, sensações e experiências daquele que traz em si originalmente os órgãos sexuais. O transexual homem-mulher que obteve redesignação sexual, passando a ser mulher, não terá prazer na relação sexual como uma mulher. Da mesma forma o transexual mulher-homem. Tal situação deve ficar bem esclarecida no momento da opção pela cirurgia. A dificuldade de integração, as angústias, tornam-se tão presentes na vida do transexual que a redução de alguns sentidos ou sensações em nada alterará sua determinação de mudar de sexo. O transexual sabe (e deve ser advertido) que estar-se-á adaptando ao novo sexo e que não receberá, com a operação, o status completo do novo sexo. A capacidade de procriação ficará prejudicada. Portanto, a advertência, para se chegar à autorização da cirurgia, é necessária, e deverá ser precedida de um trabalho psicológico de conscientização do candidato (ARAUJO, 2000, p. 67).

Nesse sentido, é de suma importância destacar a importância da retificação do nome no registro civil, que só era devidamente possível através da realização da cirurgia de transgenitalização, o que nos dias de hoje também já foi superado, na medida em que as decisões jurisprudenciais referem que o mais importante é o laudo psicossocial e a forma como o indivíduo se vê, se comporta e é visto perante a sociedade, mesmo que oposto ao seu sexo biológico.

Diante do exposto, alguns empecilhos obstruíram a legalização dos transexuais em retificar o nome e a identidade de gênero, porém as decisões jurisprudenciais vêm autorizando tais mudanças, sem cirurgia de transgenitalização (DIAS, 2016).

Nesse ponto, refere a estudiosa:

Tais restrições legais sempre serviram de obstáculo à pretensão dos transexuais de alterar o nome e a identidade de gênero. No entanto vem a jurisprudência, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, admitindo a adequação do registro e autorizando tais mudanças. Mesmo sem a cirurgia de readequação genital, possível a alteração do nome. (DIAS, 2016, p. 133).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) vem reconhecendo o direito à retificação do registro civil, inclusive em relação à alteração do gênero aos sujeitos transexuais, considerando que o gênero prepondera sobre o sexo, quando o sujeito se identifica com o sexo oposto ao seu biológico, considerando a forma como se vê, se comporta e é visto pela sociedade.

Sobre o tema, o Tribunal de Justiça do nosso Estado manifestou-se:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. ALTERAÇÃO DO PRENOME E DO GÊNERO. AUSÊNCIA DE CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL. O sexo é físico-biológico, caracterizado pela presença de aparelho genital e outras características que diferenciam os seres humanos entre machos e fêmeas, além da presença do código genético que, igualmente, determina a constituição do sexo - cromossomas XX e XY. O gênero, por sua vez, refere-se ao aspecto psicossocial, ou seja, como o indivíduo se sente e se comporta frente aos padrões estabelecidos como femininos e masculinos a partir do substrato físico-biológico. É um modo de organização de modelos que são transmitidos tendo em vista as estruturas sociais e as relações que se estabelecem entre os sexos. Considerando que o gênero prepondera sobre o sexo, identificando-se o indivíduo transexual com o gênero oposto ao seu sexo biológico e cromossômico, impõe-se a retificação do registro civil, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual ou transgenitalização, porquanto deve espelhar a forma como o indivíduo se vê, se comporta e é visto socialmente. Sentença confirmada. APELO DESPROVIDO POR MAIORIA. (Apelação Cível Nº 70074206939, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Julgado em 30/08/2017) Publicação: Diário da Justiça do dia 01/09/2017.

Atualmente, as demandas jurídicas relacionadas à retificação do registro civil e alteração do gênero dos sujeitos transgêneros têm aumentado consideravelmente e, assim, suscitado uma série de discussões e pesquisas relacionadas ao tema.

Dessa forma, atento a essas atualizações e às novas repercussões sociais e jurídicas, bem como ciente dos novos caminhos que o tema tem a percorrer, o Superior Tribunal Federal, em 2018, se manifestou através da ADI 4275 (Ação Direta de Inconstitucionalidade), conforme publicado no portal Notícias do STF (2018, texto digital) acerca da possibilidade da alteração do nome no registro civil sem cirurgia de transgenitalização. A notícia refere que devem ser seguidos os requisitos da Resolução 1955/2010 do artigo 3º do Conselho Federal de Medicina, o qual pressupõe idade mínima de 21 anos e diagnóstico médico, que constam no referido artigo, bem como acompanhamento de no mínimo dois anos pela rede multidisciplinar e de multiprofissionais.

Em relação à alteração do nome, o indivíduo continua responsável por todos os atos praticados pela sua trajetória de vida anterior à modificação. Pode ser passível a tutela da retificação através de uma expressa declaração de vontade, ou seja, uma autodeclaração, demonstrando sua identidade de gênero, não necessitando mais passar pelo longo procedimento na esfera judicial. A decisão aduz ainda que os procedimentos passarão pelo campo notarial.

Além disso, a ADI refere, ainda, que o direito à retificação do nome no Registro Civil para os sujeitos transexuais e transgêneros está baseada na concretização da busca da felicidade, no princípio da igualdade e no direito ao conhecimento.

Assim sendo, esta importante decisão do STF desencadeará inúmeros impactos na sociedade contemporânea.

Por conseguinte, é relevante mencionar que, embora os direitos e garantias dos sujeitos transgêneros vêm sendo reconhecidos atualmente, através de legislações infraconstitucionais e decisões jurisprudenciais – como já visto anteriormente, no que diz respeito ao direito de escolha em fazer ou não a cirurgia de transgenitalização, visto que no passado só era permitido a retificação do nome por conta da efetividade da redesignação sexual, recentemente esse entendimento não se faz mais necessário, haja vista que o judiciário vem reconhecendo a alteração do nome no registro civil sem o processo transexualizador.

Em face do exposto verifica-se que ainda há muitos desafios a serem superados no que diz respeito ao enfrentamento de ser incluso e aceito pela sociedade, considerando que o gênero prepondera sobre o sexo biológico, identificando o sujeito transgênero com o gênero oposto ao seu sexo biológico, o que repercute em inúmeras discriminações, impactando na própria geração de renda da pessoa, como também preconceitos e constrangimentos ao ser inserido no mercado de trabalho, causando sofrimento e invisibilidade social.

Destarte, inobstante as repercussões em todas áreas experienciadas pelos sujeitos transgêneros, o uso do nome social surge como uma forma de proteção e garantia, que possui um papel fundamental para minimizar desigualdades e injustiças sociais, sendo este ponto abordado a seguir.

4 DIREITO AO USO DO NOME SOCIAL E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS

A Constituição Federal inaugurou novo entendimento em que a dignidade da pessoa humana se constitui como garantia fundamental, e nesse contexto o nome social se assenta na construção e na busca da felicidade plena, traduzindo-se como fio condutor na vida de cada indivíduo. Assim, neste capítulo será enfatizado o direito ao uso do nome social e suas repercussões sociais, por meio dos subcapítulos abaixo descritos.

O direito à felicidade possui ampla e abstrata definição, podendo-se aferir que possui ligação direta com o íntimo de cada indivíduo, destacando-se o respeito à dignidade, intimidade e individualidade, representada sobretudo na liberdade da pessoa em efetivar suas próprias escolhas.

Nesse aspecto, mais especificadamente acerca dos sujeitos transgêneros, o uso do nome social pode ser considerado um passo à frente no longo caminho em busca da felicidade, pois exterioriza que todos, independentemente de seu sexo ou gênero são iguais, portanto, merecem respeito ao se identificarem ou se apresentarem socialmente.

Neste ponto, indispensável uma breve conceituação acerca do uso do nome social, e que, por ser um tema novo, carece de divulgações e de interpretações por parte do meio literário e jurídico.

Nesse sentido, Cerqueira (2015) traz à tona o conceito de nome social firmado através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), que,

baseado nos Princípios de Yogyakarta, criou a Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014, que assim refere: “considera-se nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se identificam e são identificadas pela sociedade”.

Segundo o autor (2015) anteriormente mencionando, o nome social é invocado pelos sujeitos trans, os quais se identificam com o sexo contrário ao seu de nascimento, muitas vezes até na tenra idade, e que escolhem como querem ser chamados.

Nessa linha, prossegue Cerqueira (2015, texto digital) dizendo que:

[...] existem casos relatados e catalogados de crianças que, desde cedo, identificam-se com o sexo oposto e assumem instintivamente um “outro nome” pela qual preferem ser chamados. Esse “outro nome” (ou nome social) surge como fenômeno natural de defesa da personalidade sexual assumida pelo paciente, sendo um dos indicativos de transgenitalismo (CERQUEIRA, 2015, texto digital).

Com efeito, referem Nardi, Silveira e Machado (2013) que, para que haja uma nova concepção de identidade, o nome social serve para interagir com outras pessoas, sendo que poderão fazer uso os sujeitos transexuais, transgêneros, travestis, dentre outros, como forma de minimizar preconceitos e discriminações, ao se apresentar no âmbito social.

Seguem as estudiosas (2013) dizendo que:

Para travestis, homens e mulheres transexuais e pessoas que destoam das normas de gênero, o nome social é um elemento central na construção das suas novas identidades. Esse novo nome, que podemos inicialmente compreender como “nome social”, é cuidadosamente escolhido e passa a ser utilizado para se relacionar com outras pessoas e se apresentar socialmente. Nossa experiência empírica como pesquisadores (as) e trabalhadores (as) do campo de gênero e da sexualidade mostra que a aceitação do uso do nome social por parte da população e das instituições de forma geral é encarada por essas pessoas como uma forma de respeito à sua construção identitária. Esse fato possibilita a expressão de suas construções de gênero com menos risco de discriminação ou preconceito (NARDI, SILVEIRA e MACHADO, 2013, p. 54).

Nessa mesma linha, Cerqueira (2015) pontua que o nome social é usado diariamente pelos indivíduos trans, de modo a externar a forma como se identificam e querem ser reconhecidos socialmente - diferente do sexo biológico -, ou seja, o seu nome de batismo, o criptônimo, é uma forma de definição ao se apresentar diante aos outros, carregando uma espécie de referencial.

Segue o estudioso (2015, texto digital), dizendo:

Sob o prisma sociológico, o nome social é aquele pelo qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificadas por sua comunidade e em meio comunitário. É, portanto, o nome usualmente empregado nas relações diárias do indivíduo, [...] em razão de alterações na sua compleição física, propositalmente modificada, travestis e transexuais masculinos identificam-se perante os outros com nomes femininos, e vice-versa. Tais pseudônimos acabaram por se difundir perante terceiros e constituem, com o tempo, a forma usual de referência de seus respectivos usuários. (CERQUEIRA, 2015, texto digital).

Assim, o nome social materializa a referência como os sujeitos transgêneros se definem e como desejam ser reconhecidos no meio de convivência.

Ainda, no que diz respeito ao uso do nome social, como já referido no capítulo anterior, o Estado do Pará foi pioneiro, por meio de uma resolução da Secretaria de Estado de Educação, nas Escolas da Rede Pública Estadual, disponibilizando ao aluno no momento de fazer a matrícula a opção do uso do nome social aos sujeitos transexuais, transgêneros e travestis.

Idêntica postura foi a de vários Estados, que seguiram o exemplo vindo do norte do País e adotaram a utilização do nome social. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o uso do nome social nas Unidades e Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta passou a ser admitido, conforme estabeleceu o Decreto nº 48.118, de 27 de junho de 2011, sendo que seus servidores passaram a ter a faculdade de fazer uso do nome social em endereços eletrônicos, lista de ramais, crachás de identificação, dentre outros.

Ainda, segundo o Decreto referido anteriormente, as Escolas Estaduais de Ensino disponibilizaram a opção de fazer uso do nome social aos sujeitos trans, desde os cadastros, passando pelos prontuários, formulários até a efetiva matrícula, ficando a critério do próprio aluno a opção identitária.

Nessa senda, sob o aspecto da utilização do cartão social de identificação, Kreisner (2012, texto digital) refere que o Estado do Rio Grande do Sul, através de determinação da Secretaria de Segurança Pública, foi pioneiro ao emitir o documento por um órgão oficial, qual seja, o Instituto Geral de Perícias (IGP), que é o responsável pela emissão da Carteira de Identidade.

Segue o autor (2012) dizendo que tal inovação tem por objetivo assegurar aos gaúchos o respeito às diversidades e a promoção de um “Rio Grande” sem preconceito e livre de discriminações, e demonstra, ainda, que o poder público estadual está atento às evoluções sociais cotidianas, principalmente no que tange ao respeito às diferenças.

Neste ponto, Oliveira e Oliveira Júnior (2017) destacam que é de suma importância considerar que, exclusivamente, podem fazer uso do cartão de identidade social aqueles transgêneros que não pleitearam ou não tiveram seus pedidos judiciais de alteração do nome civil deferidos.

E explicam os estudiosos (2017, texto digital):

É fato notório que estas concessões de nome social se dão mediante aquele transgênero que não requereu judicialmente a mudança da sua identidade civil em seus registros. Pois, estes atos normativos são destinados aqueles sujeitos que apresentam a sua identidade civil de forma diferente do que se identificam e se apresentam socialmente tutelando assim seus direitos de imagem, honra, intimidade e vida privada nos seios da sua relação social (OLIVEIRA e OLIVEIRA JUNIOR, 2017, texto digital).

Ainda, em relação à área da educação, no ano de 2016, segundo texto jornalístico, Lewer (2016, texto digital) informa que 13 universidades, do total de 63 universidades federais brasileiras, não possuem nenhuma resolução interna a respeito do uso do nome social pelos sujeitos trans, assim como 21% das universidades federais não possuem regra específica sobre o tema; porém, o Decreto nº 8.727/2016 determina a nível federal a imediata inclusão do nome social nas universidades federais em todo o país, nas quais, em breve, devem ser implementadas as medidas.

Nessa senda, acerca do uso do nome social, mais precisamente na Universidade do Estado do Pará (UEPA), segundo Cerqueira (2015), no momento em que o estudante transexual optar pelo uso do nome social, cabe ao corpo docente da universidade chamá-lo pelo nome social, sendo que ainda deve constar na lista de presença da sala de aula do qual faz parte e na publicação das respectivas notas, sem qualquer tipo de constrangimento.

Assim refere o autor (2015, texto digital), dizendo:

Para ilustrar, um professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), v.g. passa a ser obrigado a se dirigir ao estudante transexual pelo nome social eventualmente registrado. É o nome social que deverá constar nas listas de

chamadas e nos boletins. Limita-se, sempre que possível, a exposição vexatória do travesti ou transexual a um nome não corresponde à sua aparência física ou identificação sexual (CERQUEIRA, 2015, texto digital).

Cumpra-se destacar que, de acordo acima referido, no que tange ao uso do nome social, através de requerimento de solicitação junto à instituição de ensino, é assegurado ao sujeito o direito do uso do nome social, conforme respalda a decisão abaixo colacionada:

EMENTA: recurso inominado. Ação indenizatória por danos morais. Instituição de ensino ré que utilizou o nome civil da demandante, em inobservância ao nome social da autora. Violação à imagem não demonstrada. Ausência de provas a indicar eventual humilhação suportada pela demandante. Danos morais não configurados. Indenização afastada. Dever de observar o nome social. Decisão mantida, no ponto. Sentença reformada. Recurso da ré parcialmente provido. (Recurso Cível Nº 71007465974, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ana Cláudia Cachapuz Silva Raabe, Julgado em 28/03/2018).

Diante do exposto, para que haja identificação do indivíduo, conforme Oliveira e Oliveira Júnior (2017), o nome social se faz necessário para a sua formação psicológica, garantindo-lhe como direito de personalidade na esfera jurídica e desencadeando como forma de proteção e garantias constitucionais.

Nas palavras de Oliveira e Oliveira Júnior (2017, texto digital):

Como desfecho, é importante dizer que “o nome é a identificação da pessoa”, sendo fundamental como forma de individualização a qualquer pessoa possuindo importância não somente nas relações jurídicas, mas também, psicológicas do indivíduo cujo é o princípio para a sua formação da personalidade. Desta consideração é possível relacionar que atribuir o nome social ao indivíduo é garantir os seus direitos de personalidade cujo são direitos privados fundamentais que carecem de proteção para combater a violação de seu direito a honra, a intimidade, a vida privada e a sua imagem (OLIVEIRA e OLIVEIRA JÚNIOR, 2017, texto digital).

Como já abordado no capítulo anteriormente, segundo se infere do texto digital (2016), faz-se necessário destacar que a legislação mais expressiva e recente, no que tange à utilização do nome social, consiste no Decreto nº 8.726/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

O Decreto editado pela Ex-Presidente Dilma Rousseff foi pioneiro na conceituação legal de “Nome Social” e “Identidade de Gênero”, bem como na

vedação de qualquer tipo de discriminação e preconceito para aqueles optantes do nome social, destacado no texto legal (2016).

Nessa linha, o uso do nome social aos transgêneros foi aos poucos sendo reconhecido e introduzido tanto na esfera jurídica como na social, a exemplo das repartições públicas, universidades, saúde (SUS) e educação, de acordo com o apontado nas resoluções já citadas.

Recentemente, através do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação, a Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018, possibilitou o uso do nome social para travestis e transexuais nas escolas de educação básica, conforme Martins (2018, texto digital), com o objetivo de minimizar qualquer forma de discriminação e preconceito, para que todos tenham acesso à educação.

A resolução acima determina que, no cadastro de pessoa física (CPF), o sujeito deve requerer o acréscimo do nome social concomitante com o nome civil, devendo atender aos requisitos dos formulários determinados pela Receita Federal. Em relação aos exames nacionais como ENADE, ENEM e ENCCEJA, a norma exige o preenchimento e solicitação do pedido nos formulários específicos, bem como se for relativo à revalidação de diplomas expedidos no estrangeiro, de acordo com Martins (2018, texto digital).

Segundo o autor Martins (2018, texto digital):

CPF: A inclusão ocorre de forma imediata à solicitação em uma unidade de atendimento da Receita Federal do Brasil. O nome social estará no CPF, acompanhado do nome civil, além dos documentos “Comprovante de Inscrição” e “Comprovante de Situação cadastral” no CPF. Exames nacionais: Participantes travestis e transexuais podem solicitar o uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Na página do participante, existe um formulário para a solicitação, que deve ser enviado junto a outros documentos comprobatórios. Revalida: Transexuais e travestis podem solicitar uso do nome social no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira (Revalida) 2017. O exame é voltado para médicos que se formaram no exterior e desejam trabalhar no Brasil. Serviço público: O uso do nome social também ocorre no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Os funcionários podem usufruir de toda a máquina governamental, inclusive das políticas públicas de inclusão social, sendo tratados pela identidade de gênero que os representa (MARTINS, 2018, texto digital).

Importante destacar que em relação ao uso do nome social na esfera federal, Cerqueira (2015, texto digital) aponta que, oficialmente, a primeira normatização do nome social ocorreu somente no ano de 2010, com a edição da Portaria nº 233, de 23 de maio de 2010, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitando, a partir de então, o uso do nome social aos seus servidores travestis e transexuais, “nas comunicações internas e externas dos órgãos públicos federais, inclusive para a criação de endereço eletrônico funcional, crachás e login de informática”.

Segue o autor sinalizado que o surgimento do instituto do “Nome Social” ocorre:

[...] para evitar conflitos internos ao servidor público federal. Passou-se a autorizar de forma oficial que os servidores transexuais e travestis indicassem a forma pela qual preferiam ser tratados dentro de suas próprias repartições. Mitigam-se as situações de constrangimento dessa classe de servidores que, conforme sabido, enfrentam diversos problemas relacionados ao preconceito dentro do seu próprio ambiente de trabalho (CERQUEIRA, 2015, texto digital).

Recentemente, os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) de todo o país, segundo Natusch (2018, texto digital), estão se organizando para atender aqueles eleitores que desejam registrar junto ao título de eleitor o uso do nome social para votar nas eleições de 2018. Embora a recente resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) esteja em processo de implementação, o novo sistema deixa algumas dúvidas por parte dos servidores que atuarão diretamente nas inovações para a efetivação no atendimento a essa nova demanda.

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), inaugurou o novo projeto. “Nome social e identidade de gênero”, conforme Natusch, (2018, texto digital), [...] para facilitar o processo de implementação do nome social junto ao título eleitoral, faz-se necessária somente a assinatura nos registros para a Justiça Eleitoral, sendo que o prazo para realizar a inclusão do nome social no título eleitoral está previsto, segundo o TRE/RS, até o dia 09 de maio de 2018, necessitando apenas uma auto declaração para se efetuar o registro, onde o título permanecerá com o mesmo número da inscrição anterior.

Outrossim, idêntico posicionamento é adotado pelo Ministério do Trabalho (Oliveira, 2017, texto digital) regulamentando o uso do nome social nas unidades pelos sujeitos transgêneros.

Cita-se a Resolução nº 10, de 27 de março de 2018, do Conselho Federal de Psicologia, que regulamenta “a inclusão do nome social na carteira profissional da psicóloga e do psicólogo, conforme Conselho Federal de Psicologia – CRP” (2018, texto digital).

Ademais, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, através da Resolução nº 5, de 07 de julho de 2016, “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil”.

Segundo Moraes (2018, texto digital), em 2018 a Ordem dos Advogados do Brasil, em razão do reconhecimento acima descrito, expediu 56 certidões com as alterações do nome social junto ao nome civil na carteira profissional da OAB para travestis, transexuais e transgêneros que solicitaram tal pedido.

Dessa forma, o reconhecimento da implementação acerca do uso do nome social em diversas áreas e em todo o país é um processo em construção, que depende de implementações e consciência social e política, seja através de Resoluções, Portarias e Decretos, no âmbito estadual e federal, e que, quando adaptada, evidencia um grande marco na construção da igualdade social aos sujeitos trans.

Todavia, inobstante a relevância do nome social na vida de cada sujeito transexual, transgêneros e travestis para evitar constrangimentos, minimizando preconceitos, trazendo visibilidade social em todos os sentidos, a ausência deste processo traz angústia, dor e sofrimento pelo desrespeito àqueles que buscam a inclusão social.

4.1 Discriminação e preconceito

Como visto no capítulo anterior, o uso do nome social para os sujeitos que não se identificam com o sexo biológico, mas com a identidade construída socialmente, mais especificamente os transgêneros, o nome social é uma espécie

de proteção e respeito baseado no princípio da dignidade da pessoa humana, entretanto, a garantia formal não impede que os sujeitos vivenciem a discriminação e constrangimentos no cotidiano.

Dessa forma, para dar sustentabilidade e proteção aos sujeitos transgêneros é relevante destacar que está previsto no preâmbulo da Constituição Federal/88 que todos são iguais perante a lei, por uma sociedade livre de preconceitos, justa e fraterna, baseada na liberdade e na formação de um Estado Democrático, conforme a CF/88.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 em seu artigo 1º refere que todos os indivíduos nascem livres e iguais, conforme a Unicef Brasil (texto digital).

De acordo com Almeida (1996), na atualidade os homens não dispõem do benefício de igualdade e de liberdade ao nascer, tornando-se desiguais devido às realidades sociais em que estão inseridos, mas que podem ser alcançadas por um movimento.

Segue o Autor (1996) declarando que:

Temos de aceitar teoricamente essa afirmação pelo seu conteúdo de justiça e humanitarismo. Mas temos também de reconhecer que, lamentavelmente, ainda nos dias de hoje, na prática, os homens não nascem livres e iguais. Prevalece na realidade social a lei da antinomia por nascimento, pela qual todo ser humano nasce desigual, de acordo com o padrão econômico, social, psicológico, linguístico, jurídico, profissional, sanitário, educacional e material vigente no ambiente de seu nascimento, e tende a manter esse padrão pelo resto da vida [...] os direitos, inclusive os Direitos Humanos, não nascem automaticamente com o nascer de cada indivíduo, mas em geral, são conquistados, no curso da história, pelas parcelas mais conscientes do povo, denominadas “vanguardas” (ALMEIDA, 1996, p. 48).

Nesse sentido, demonstra que é necessário invocar os Direitos Humanos na hipótese de desigualdade social, discriminação e preconceitos, com o foco do presente relacionado aos sujeitos transgêneros, e que, segundo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), como um órgão colegiado vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tem por finalidade garantir direitos e combater a discriminação da população LGBT e promover políticas públicas em nível federal (texto digital).

Registre-se que, segundo o conselho acima referendado, a sua Resolução de nº 12, de 16 de janeiro de 2015, refere que os sujeitos trans, aqueles que não possuem identidade de gênero reconhecida, tenham acesso a determinados locais.

De acordo com a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015:

(...) Art. 6º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 7º Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

Art. 8º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Art. 9º Estas orientações se aplicam, também, aos processos de acesso às instituições e sistemas de ensino, tais como concursos, inscrições, entre outros, tanto para as atividades de ensino regular ofertadas continuamente quanto para atividades eventuais. [...]

A garantia formal de igualdade de gênero encontra respaldo no preâmbulo da Lei Maior e, na legislação infraconstitucional, em Decretos, Resoluções e atos administrativos, mas não encontra guarida numa legislação específica para o universo trans, relativamente a crimes em relação à discriminação de gênero, bem como outras formas de preconceito e de violência.

O preconceito se materializa no dia a dia em todos os aspectos da sociedade e, em especial, aos sujeitos trans, de acordo com Jesus apud Viñas (2018, texto digital), que refere que o termo “transfobia” significa preconceito e discriminações enfrentadas pelos sujeitos transgêneros de forma geral.

Neste diapasão, Junqueira (2009) entende que a discriminação, a violência e a exclusão, relativamente aos sujeitos transgêneros, iniciam-se na rotulação pela própria família, nos hábitos e ações de censura, e se propagam por todas as relações na sociedade a qual pertencem.

Neste norte, refere Perez *apud* Junqueria (2009) que:

Quando da expressão da homossexualidade, e mais especificamente da travestilidade ou transexualidade ainda na infância e depois na adolescência, o que temos percebido nos relatos ouvidos e nas observações etnográficas realizadas são histórias de discriminação, violência e exclusão, muitas vezes seguidas de morte e que tem início dentro da própria família. Começa aí o processo de estigmatização que se desenvolverá como ondas, propagando-se da família para a comunidade, da comunidade para a escola, para o serviço de saúde e demais espaços e

contextos de relações com essas pessoas venham a interagir (PEREZ *apud* JUNQUEIRA, 2009, p. 238).

De acordo com Martins (2018, texto digital), os números no Brasil relacionados a assassinatos de travestis e transexuais totalizaram o número de 179 pessoas em 2017, evidenciando o relatório da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), bem como que o Brasil ocupa o primeiro lugar no mundo, sendo o maior número registrado em dez anos, e que os assassinatos estão diretamente relacionados às questões de gênero, sustentados no ódio e preconceito.

Segue a jornalista (2018, texto digital), relatando que:

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), apenas em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais. Isso significa que, a cada 48 horas, uma pessoa trans é assassinada no Brasil. Em 94% dos casos, os assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino. Os dados são detalhados no Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017, lançado nesta quinta-feira (25), pela Antra, em Brasília. A secretária de Articulação Política da Antra e autora do estudo, Bruna Benevides, disse que a violência está atrelada não ao exercício da sexualidade, mas à identidade de gênero. “A gente diz que o machismo é a semente do ódio e do preconceito. É como se os corpos dessas pessoas que desafiam as normas tivessem que ser expurgados da sociedade. E é isso que a sociedade tem feito”, disse. O relatório destaca que o número de assassinatos em 2017 é o maior registrado nos últimos 10 anos. Apenas entre 2016 e 2017 houve um aumento de 15% de casos notificados. A organização aponta que a situação mantém o Brasil no posto de país onde mais são assassinados travestis e transexuais no mundo. Em segundo lugar está o México, com 56 mortes. A comparação é feita tendo como base os dados da ONG Internacional Transgender Europe (TGEU) (MARTINS, 2018, texto digital).

A discriminação, o preconceito e a estigmatização são muitas vezes internalizadas pelos sujeitos trans, segundo Junqueira (2009), refletindo diretamente na fragilidade e desamparo perante a vida e a sociedade, tornando-os alienados e à mercê da baixa estima, inferiorizados, com baixa autoestima, expostos ao descaso e ao total abandono, e principalmente à toda forma de discriminação e preconceito.

Neste ponto, Junqueira (2009) afirma que:

A partir dessa subjetivação de assujeitamento as pessoas vão se tornando cada vez mais vulneráveis diante da vida, perdendo a força do questionamento e da crítica. Ficam à mercê de qualquer forma de desrespeito e descaso dos outros, das famílias, das escolas, os currículos, enfim, das políticas públicas que possam promover a inclusão e o direito a ter direitos, logo, de exercer a cidadania (JUNQUEIRA, 2009, p. 238).

Destarte, diante do exposto, a discriminação e o preconceito e o expressivo aumento do número de assassinato de sujeitos transgêneros, em que pese o índice no Brasil é considerado o maior em dez anos, esta realidade é enfrentada diariamente, iniciando na família, estendendo-se à escola e à sociedade, pela busca de reconhecimento social baseado na construção do direito à felicidade de cada indivíduo.

A seguir, será enfocado o direito à felicidade como um aspecto do sujeito de direitos e a escolha de ser feliz como garantia de liberdade de cada um.

4.2 Direito à felicidade

Registre-se que, apesar do sofrimento, preconceito e discriminação que permeia as relações dos transgêneros, a busca da felicidade é uma constante enquanto ser humano.

O sofrimento é integrante da condição humana, conforme Shinyashiki (1997), e reverenciar a alegria e a dor sustenta os pilares da felicidade.

De acordo com o autor acima citado:

A felicidade não é o que acontece na nossa vida, mas como nós elaboramos esses acontecimentos. A diferença entre o sábio e o ignorante é que o primeiro sabe aproveitar suas dificuldades para evoluir, enquanto o segundo se sente vítima de seus problemas. A felicidade é uma experiência ligada a sabedoria. (SHINYASHIKI, 1997, p. 36)

Assim, a felicidade é um anseio a ser alcançado pelo homem e se traduz nas esferas pessoal e profissional, sendo o conceito de felicidade difícil de definir e minimamente ligado à ordem subjetiva do sujeito. As conquistas profissionais e pessoais são manifestações e objetivos de vida e evidenciam a construção do direito à felicidade.

Nesse sentido, Lyubomirsky (2008) refere que:

A felicidade em minha modesta opinião, é o Santo Graal - 'o significado e o objetivo da vida', como Aristóteles disse na famosa frase: 'A meta e o fim da existência humana'. A ciência da felicidade merece ser mais do que um modismo. Esforçar-se para ser feliz é uma meta séria, digna e legítima. Se você consultar os antigos textos da história da literatura ou a filosofia, também descobrirá que é eterna. Muitos de nós sofremos e muitos mais ainda nos sentimos vazios e irrealizados; ainda assim, conseguir mais

alegria, menos angústia, mais tranquilidade e menos insegurança é um objetivo respeitável (Lyubomirsky, 2008, prefácio).

A autora supracitada refere que a “maioria das pessoas não precisa de uma definição de felicidade, porque sabe de maneira instintiva se é feliz ou não” (LYUBOMIRSKY, 2008, p. 21).

Consoante Abbagnano (1989), o ser humano possui a capacidade de conduzir o seu caminho através de escolhas por toda a sua trajetória de vida, que reflete a paz consigo, a serenidade e o juízo sobre si e também pelo outro.

Assim, Abbagnano (1989) afirma que:

O caminho da felicidade é o caminho da vida: é feito de escolhas que a vida mesmo põe à prova, encorajando-as com seus sucessos ou tornando-as inúteis e perigosas. O angúrio ‘Sejam felizes’ significa em primeiro lugar ‘Sejam livres’ (ABBAGNANO, 1989, p. 101).

Segundo os autores referidos, a felicidade do sujeito possui sentido se sustentada na liberdade e, segundo a Carta Magna, esses princípios estão albergados no preâmbulo; portanto, constituem garantias fundamentais.

Nessa senda, para muitos a felicidade está condicionada a algo que está no futuro, e que somente algum dia terá acesso, como uma aquisição de bens materiais, o matrimônio e a segurança financeira, ou seja, a algo que está por vir, muito além do momento que está sendo vivenciado. Lyubomirsky (2008) refere que, para ser feliz, o indivíduo precisa viver o presente, através de sua capacidade emocional e espiritual, baseada em suas próprias atitudes.

Segue Lyubomirsky (2008, p.28) afirmando que:

O primeiro mito é de que a felicidade é algo que você deva encontrar –que está lá em algum lugar, apenas além de nosso alcance. [...] se casássemos com o verdadeiro amor, garantíssemos o emprego sonhado, [...] Se não estiver feliz hoje, então não estará feliz amanhã, a não ser que tome a vida nas próprias mãos e passe a agir. [...] A felicidade não está lá para ser encontrada. E o motivo está dentro de nós. Por mais banal e repetitivo que isso possa parecer, a felicidade, mais que tudo é um estado de espírito-um modo de perceber e de nos relacionarmos com o mundo em que residimos. Assim, se quiser ser feliz amanhã, no dia seguinte e para o resto da vida, pode fazê-lo escolhendo mudar e dirigir o seu estado de espírito. [...] (Lyubomirsky, 2008, p. 28).

Nesse sentido, a felicidade está relacionada a algo que possui um significado maior, e intimamente ligada à alma e ao bem-estar, ao que realmente é estimado.

Segundo Aristóteles (1999), as ações que são realizadas através de práticas justas são apreciadas por indivíduos que idolatram a justiça, onde todas as atitudes correspondentes através da excelência trazem uma satisfação para aqueles que praticam, constituindo a verdadeira felicidade.

Assim, nas palavras do filósofo Aristóteles (1999, p. 26):

A vida de atividade conforme à excelência é agradável em si, pois o prazer é uma disposição da alma, e o agradável para cada pessoa é aquilo que se costuma dizer que ela ama; [...] atos justos são agradáveis a quem ama a justiça e, de um modo geral, atos caracterizados pela excelência dão prazer a quem ama a excelência. [...] Sendo assim, as ações conformes à excelência devem ser necessariamente agradáveis. Mas elas são igualmente boas e belas, e têm cada um destes atributos no mais alto grau, se o homem bom julga bem a respeito de tais atributos; e ele julga, como dissemos. Então a felicidade é o melhor, é o mais belo e mais agradável dos bens, e estes atributos não devem estar separados, como na inscrição existente em Delos. 'Mais bela é a justiça, e melhor a saúde; mais agradável é possuir o que amamos'. Todos estes atributos estão presentes nas melhores atividades, e identificamos uma destas (a melhor de todas) como a felicidade. [...] (Aristóteles, 1999, p. 26).

Desse modo, a felicidade é algo que os seres humanos aspiram em todos os momentos e escolhas na existência humana, e conforme Araújo (2000), no que diz respeito ao sujeito transgênero e transexual, cabe ao judiciário exarar decisão à luz dos princípios constitucionais, de forma a fomentar a felicidade.

Nesse contexto, refere o estudioso Araújo (2000, p.105) que:

A vida em sociedade objetiva permitir que os indivíduos encontrem a sua felicidade, seu bem-estar. E, no caso do transexual, a felicidade só poderá ser conquistada com a cirurgia para a mudança de sexo, caso seja do seu interesse. Ao analisar os pedidos, portanto, o Poder Judiciário deve interpretar a Constituição, conforme os princípios constitucionais, especialmente o fundamento do Estado democrático de Direito, que tem como objetivo assegurar a dignidade da pessoa humana. Decidindo pela possibilidade de "libertação" do transexual, pela cirurgia de redesignação de sexo, com suas consequências de alteração de registro civil, o operador do direito cuidará de decidir conforme o vetor da dignidade da pessoa humana previsto no ditame constitucional. Mantendo o transexual na mesma situação, angustiado, o Poder Judiciário deixa de operar no sentido da busca da felicidade do cidadão, consequentemente impedindo o conceito de dignidade da pessoa humana. Não se pode acreditar que alguém possa conviver com a dualidade expressa em sua divisão sexual e imaginar –se digno. A infelicidade e a angústia geram situação de indignidade que só pode ser resolvida pela cirurgia de redesignação de sexo (solução que deve ser aceita pelo indivíduo) (ARAÚJO, 2000, p. 105).

Com base nos autores acima citados, verifica-se que a felicidade está condicionada à dignidade da pessoa humana, e a liberdade se traduz na escolha do

sujeito trans em realizar ou não a cirurgia de transgenitalização e a retificação do nome no Registro Civil como um meio para alcançar a felicidade.

Portanto, aos sujeitos transgêneros, o reconhecimento dos pedidos de alteração do registro civil com a inclusão do nome social, quer por decisões do poder Judiciário, quer por Decretos, Resoluções e Portarias, traduzem a materialização dos princípios da inclusão social e o respeito à diversidade, amparados pela dignidade da pessoa humana e exercício de cidadania, de forma a propiciar a felicidade dos sujeitos e recepcionar a evolução natural da sociedade.

5 CONCLUSÃO

Desde os primórdios, a sociedade vem evoluindo e se adaptando às mudanças na organização social e jurídica relativas aos sujeitos transgêneros, sendo que o reconhecimento do universo trans possui diferenças e conceitos de gênero, sexo e orientação sexual.

Neste aspecto, a sociedade e os direitos relativos à personalidade enfrentaram inúmeros desafios e modificações até a sua efetiva consolidação no ordenamento jurídico, o reconhecimento do direito de personalidade e o nome como um dos seus direitos essenciais, que retrata, ainda, a intimidade e a identidade social.

A evolução histórica e social dos sujeitos transgêneros vem com força impulsionando movimentos que repercutem em diversas áreas, que exigem respostas de inclusão social com os novos conceitos de identidade, e na área jurídica de modo especial pelo desamparo de legislação específica quanto ao nome civil.

O Estado Democrático de Direito assegura ao cidadão as garantias fundamentais da dignidade da pessoa humana e os direitos de personalidade pela identidade de gênero, vinculado a um conceito de pertencimento, em que o sujeito transgênero não corresponde ao seu sexo de nascimento, mas como este se identifica e se apresenta socialmente, sobrepondo-se ao sexo biológico, sendo relevante como o indivíduo se vê, se comporta e é visto socialmente, rompendo o binômio masculino/feminino.

Neste contexto, a discussão sobre as repercussões nas esferas social e jurídica de gênero pelo uso do nome social para os sujeitos transgêneros se traduz de suma importância por ser um tema atual, com o foco de esclarecimentos, contribuindo para melhor compreensão das situações e colaborando para a minimização de preconceitos e materialização da equidade dos cidadãos, preconizada pela Constituição Federal.

No capítulo inicial do desenvolvimento, esta pesquisa descreveu noções sobre direitos de personalidade, explicando a evolução histórica e conceituação, o direito ao nome e à identidade, destacando a diferenciação entre sexo, gênero e orientação sexual, com ênfase aos sujeitos transgêneros frente aos padrões masculino e feminino, bem como o direito ao nome e à identidade, os elementos do nome e a imutabilidade do nome.

No segundo capítulo, destacou-se os aspectos jurídicos quanto ao gênero no universo trans, a proteção constitucional aos sujeitos transgêneros, Decretos, Resoluções e Portarias, Conselho Federal de Medicina/ Psicologia, Direito à Saúde, Sistema Único de Saúde - SUS, Despatologização, Cirurgia de transgenitalização, e rede interdisciplinar e multiprofissional no ordenamento brasileiro, relatando as alterações no registro civil, a possibilidade de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual, com sustentação nas garantias constitucionais.

No terceiro e último capítulo de desenvolvimento, esta pesquisa descreveu o direito ao uso do nome social e suas repercussões sociais por sujeitos transgêneros, a discriminação e preconceito e o direito à felicidade, discutindo como as mudanças sociais e jurídicas vêm ocorrendo em determinadas áreas e como estão sendo inseridas e adaptadas nas relações cotidianas.

Como o objetivo principal deste trabalho monográfico era analisar a evolução social e jurídica dos direitos dos sujeitos transgêneros, delineando as principais alterações que deflagram o reconhecimento do uso do nome social como garantia fundamental e exercício de cidadania, esclareceu-se esse ponto nos capítulos subsequentes.

Assim, ao analisar o problema suscitado no presente trabalho, qual seja, como a evolução é um processo natural na sociedade em vários aspectos, como os sociais e jurídicos, trazendo significativas inovações com o passar dos anos, em se

tratando de transgêneros, quais são as principais inovações sociais e jurídicas contemporâneas - considera-se como conclusão para a hipótese inicial que as principais inovações sociais são o reconhecimento do uso do nome social nas esferas federal e estadual.

Neste ponto, o reconhecimento do uso do nome social é facultado ao sujeito que pode utilizá-lo nas instituições de ensino (MEC), para validação de diplomas no exterior, nas escolas, universidades e repartições públicas, que ocorrerá mediante solicitação no ato da matrícula e, ainda, na área da saúde, de idêntica forma, através de solicitação de inclusão do nome social, devendo ser acrescida a opção do uso de banheiros de acordo com o gênero que o sujeito se identifica.

Verificou-se que as principais inovações jurídicas com a inclusão do nome social, ocorrem mediante requerimento no Cadastro das Pessoas Físicas (CPF), no título eleitoral e nas carteiras profissionais, como no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no Conselho Regional de Psicologia (CRP), podendo ser o nome social incluído juntamente com o nome civil. Neste diapasão, a inclusão do nome social encontra amparo em Decretos, Resoluções e Portarias.

Destaca-se, igualmente, como importante inovação jurídica, que se dá o reconhecimento da identidade de gênero no assento do Registro Civil sem a exigência do processo transexualizador, através de decisões jurisprudenciais contemporâneas.

Ademais, há muitos desafios e caminhos que precisam ser percorridos e construídos pela sociedade, mormente porque a liberdade de escolha dos transgêneros em realizar ou não a intervenção cirúrgica de redesignação de sexo, facultando ao sujeito a laicidade dessa escolha, conquanto tal procedimento exige o cumprimento dos requisitos como o acompanhamento da rede de saúde multiprofissional e multidisciplinar no período de dois anos, com idade mínima de 21 anos, devendo o candidato, ao realizar a cirurgia de transgenitalização, estar ciente de que suas funções sexuais não serão iguais às que possuía anteriormente, mais especificadamente no que diz respeito aos desejos físicos, a uma vida sexualmente ativa e à capacidade de reprodução.

Neste contexto, o direito ao nome na legislação pátria é imutável, importando referir que, inobstante a ausência de legislação específica no universo transgênero,

esta realidade pode ser mitigada, em face do reconhecimento da alteração do assento do nome no registro civil, que exigia, anteriormente, o processo transexualizador, o qual atualmente não se faz necessário, pois o Poder Judiciário vem reconhecendo a alteração do nome através de laudo psicossocial, sem a longa espera para a realização da intervenção cirúrgica, com amparo no princípio da dignidade da pessoa humana, em que ninguém pode limitar a felicidade de outrem.

Portanto, em que pese as inovações trazidas pela evolução histórica, social e jurídica, o processo de conquistas é permanente e dinâmico, pois o desafio é constante e não há previsão legal que ampare a discriminação e preconceito pelo sofrimento e angústia dos transgêneros diante da incipiente inclusão social, seja ela na esfera do trabalho, na distribuição de renda, nas instituições de ensino, bem assim no convívio social pela invisibilidade que marcam os sujeitos.

Registre-se que, mesmo com os avanços na sociedade contemporânea, o transexualismo ainda é considerado como uma patologia, uma doença mental, previsto na CID 10 F64, porque vivemos em um padrão de sociedade heterossexual e patriarcal. Entretanto, a Organização Mundial da Saúde está trabalhando para a retirada do transexualismo da lista da Classificação Internacional de Doenças, bem como existe um movimento ativo na área da psicologia internacional buscando a despatologização das identidades trans, no sentido de perceber o gênero como uma autodesignação e conceber expressões de gênero não hegemônicas.

Com efeito, o nome social protegido pelo princípio da dignidade da pessoa humana se constitui garantia formal, todavia, não impede que os sujeitos vivenciem a discriminação e constrangimentos no cotidiano.

A estigmatização, a discriminação e o preconceito muitas vezes internalizados pelos sujeitos trans refletem diretamente na fragilidade e desamparo perante a vida e a sociedade, tornando-os alienados, inferiorizados, com baixa autoestima, expostos ao descaso e ao total abandono.

Destarte, diante do exposto, a discriminação, o preconceito e o expressivo aumento do número de assassinatos de sujeitos transgêneros, em que pese, o índice no Brasil é considerado o maior em dez anos, esta realidade é enfrentada diariamente pelos sujeitos transgêneros, iniciando na família, estendendo-se à

escola e à sociedade, pela busca de reconhecimento social baseado na construção do direito à felicidade de cada indivíduo.

Destaca-se que a sociedade brasileira aguarda o julgamento pelo Superior Tribunal Federal da ADI 4275 (Ação Direta de Inconstitucionalidade), proposta em 2018, que discute a possibilidade da alteração do nome no registro civil sem cirurgia de transegenitalização, devendo atender aos requisitos da Resolução 1955/2010 do artigo 3º do Conselho Federal de Medicina, e que, com a alteração do nome, o indivíduo continua responsável por todos os atos praticados pela sua trajetória de vida anterior à modificação, bem como que a retificação se realizará através de procedimentos notariais, com a expressa declaração de vontade, ou seja, uma autodeclaração, demonstrando sua identidade de gênero e não necessitando mais passar pelo longo procedimento na esfera judicial.

Ao final, diante do acima exposto, faz-se necessário o respeito e a tolerância às diversidades, porque os sujeitos transgêneros são seres humanos com direitos e obrigações, com equidade a qualquer cidadão, sendo protegidos pela garantia constitucional da dignidade da pessoa humana e direitos personalíssimos, sendo que estes devem estar em consonância para que o sujeito de direito se reconheça no exercício da cidadania e seja respeitado em sua condição identitária e felicidade plena.

Em tempo, importa destacar que, posterior a postagem do presente trabalho, a Organização Mundial da Saúde, no dia 18 de junho de 2018, retirou o transexualismo do capítulo das doenças mentais previsto na CID 10-Classificação Internacional de Doenças, passando para a categoria da CID 11, “condição relativa à saúde sexual”, (2018, texto digital), decisão que traz importantes avanços e repercussões para as pessoas trans.

Relativamente a ADI 4275 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) importante destacar que restou votada com aprovação da alteração da retificação do assento do nome e sexo no Registro Civil, para pessoas trans, através de uma autodeclaração, se assim optarem, diretamente no Cartório do Registro Civil, sem a exigência da cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais e patologizantes (2018, texto digital) Neste ponto, os estados devem atender às determinações legais, para tanto, cita-se o Provimento nº 21/2018-CJG do Estado do Rio Grande do Sul, que atende a tais determinações.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **A Sabedoria da Vida: cada dia a procura da felicidade.** traduzido por Antônio Angonese. Petrópolis: Vozes, 1989.

AMORIM, José Roberto Neves. **Direito ao nome da pessoa física.** São Paulo: Saraiva, 2003.

ARAÚJO, Fábio Caldas de. **Do Registro Civil de Pessoas Naturais.** In: ALVIN NETO, José Manuel de Arruda; CAMBLER, Everaldo Augusto; CLAPÍS, Alexandre Laizo. **Lei de Registros Públicos: comentada.** Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 27-154.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional do transexual**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ARISTÓTELES. A717e **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1985,1999.238p. Título original: Ethikon Nikomacheion 17 t Série.

AZEVEDO, Fábio Oliveira. **Direito Civil: Introdução e Teoria Geral**. 4. ed. São Paulo: Forense, 2014. E-book. Disponível em: <<http://www.univates.br/biblioteca/e-books-minha-biblioteca>>. Acesso em: 19 out 2017.

BELTRÃO, Sílvio Romero. **Direitos de Personalidade**: de acordo com o Novo Código Civil. São Paulo: Atlas, 2005.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 4. ed. atual. por Eduardo C. B. Bittar. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BRANDELLI, Leonardo. **Nome Civil da pessoa natural**. 1 ed. Saraiva, 04/2012. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502173286/pageid/33>>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 de set 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8726.htm>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 48.118, de 27 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis>>. Acesso em 12 mai.2018.

BRASIL. Encontro Internacional de Direito a Saúde, cobertura Universal e integridade possível. Disponível em <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_internacional_saude/documentos/textos_referencia/00_palavra_dos_organiza_dores.pdf>. Acesso em: 29 de abr. 2018.

BRASIL. TRE sensibiliza servidores para uso de nome social - Jornal do Comércio. Disponível em: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2018/04/geral/621386-tre-sensibiliza-servidores-para-uso-de-nome-social.html. Acesso em 15 de mai de 2018.

BRASIL. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. Transexualidade sai da categoria de transtornos mentais da OMS – Jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/transexualidade-sai-da-categoria-de-transtornos-mentais-da-oms-22795866>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL. Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-011>>. Acesso em: 05 out.2017.

BRASIL. Resolução nº 1955/2010, do Conselho Federal de Medicina. Disponível em:<http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm>. Acesso em: 01 de mai.2018.

BRASIL. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. PRINCÍPIOS DO SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>>. Acesso em 29 abr.2018.

BRASIL. STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo - Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BRASIL. Identidade aqui é lei! Uso do nome social está em processo de expansão — Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2018/01/identidade-aqui-e-lei-uso-do-nome-social-esta-em-processo-de-expansao>>. Acesso em: 14 maio 2018.

BRASIL. Resolução nº 1 de 19 de janeiro de 2018. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/174008245/dou-secao-1-22-01-2018-pg-17?ref=previous_button>. Acesso em: 14 maio 2018.

BRASIL. Resolução n 10 de 27 de março de 2018. Do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/SEI_CFP-0037173-Resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. Resolução 5 de 2016 do Conselho Federal da ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em <<http://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao/resolucoes/05-2016?dateinitial=01%2F05%22016&datefinal=12%2F07%2F2016&resolucoes=True>>. Acesso em: 19 maio 2018.

CARDIN, Valéria Silva Galdino. GOMES, Luiz Geraldo do Carmo. **Das garantias constitucionais e da identidade de gênero**. Disponível em: <file:///C:/Users/LU/Downloads/0.25977100_1443183338_das_garantias_constitucionais_e_da_identidade_de_genero_.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CERQUEIRA, Rodrigo Mendes. **Nome Social: propósito, definição, evolução histórica, problemas e particularidades**. As principais diferenças entre o nome social e o nome civil à luz das recentes inovações legislativas. Jusbrasil. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/45219/nome-social-proposito-definicao-evolucao-historica-problem;as-e-particularidades>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos**: planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS. Disponível em: <<http://www.cid10.com.br>>. Acesso em: 02 maio 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual do Direito das Famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DONIZETTI, Elpídio, QUINTELLA, Felipe. **Curso Didático de Direito Civil**. 6. ed. Atlas, 2017. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010954/epubcfi/6/30\[vnd.vst.idref=html13\]/4/564/4@0:0](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010954/epubcfi/6/30[vnd.vst.idref=html13]/4/564/4@0:0>)>.

ELESBÃO, Elsita Collor. **Pessoa, gênero e família: uma visão integrada do direito**. In: CASTRO, Adriana Mendes Oliveira de; STÜMER, Amélia Baldoíno; PINHEIRO, Maria de Lourdes Isaía; BAÚ, Marilise Kostelnaki; PIAZZETA, Naele Ochoa; FAVARETTO, Telma Sirlei Ferreira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

FIUZA, César, **Direito Civil: Curso Completo**, 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6.ed. Tradução de Fernando Coutinho Cotanda. Porto Alegre: Penso, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: Parte geral**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro – Parte geral**, 15. ed. Saraiva, 2017. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547212919/pageid/206> <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>> Resolução 12 do CNCD/LGBT. Acesso em: 25 abr. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênera: conceitos e termos**. Brasília, 2012. E-book. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/87846526/orientacoes-sobre-identidade-de-genero-conceitos-e-termos>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

JUNQUERIA, Rogerio Diniz. **Problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação continuada, alfabetização e diversidade, UNESCO, 2009.

KOLODNY C, Roberto, MASTERS H, Willian, JOHNSON E. Virginia. **Manual de Medicina Sexual**. São Paulo: Manole Ltda, 1982.

LANZ, Letícia. **O Corpo da Roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 out. 2017.

LEWER, Laura. **13 Universidades Federais não têm resolução para uso do nome social**. G1 Educação, São Paulo, 17 out. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social.ghtml>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Liberdade e direitos sexuais – o problema a partir da moral moderna. In: RIOS, Roger Raupp (Org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 41-72.

LYUBOMIRSKY, Sonja. **A Ciência da Felicidade**: como atingir a felicidade real e duradoura. Tradução Mauro Gama. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2008.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**: aspectos polêmicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

MARTINS, Helena. **O número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>>. Acesso em 19 maio 2018.

MARQUES, Antônio Jorge de Souza; ASSIS, Gilmar de; DRESCH, Renato Luís; IUNES, Roberto. Direito a saúde, cobertura universal e integralidade possível. **Organização mundial da saúde**, Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 2016. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/enccontro_internacional_saude/documentos/textos_referencia/00_palavra_dos_organiza dores.pdf>. Acesso em 10 abr. 2018.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Cláudia. **OAB já reconheceu o nome social a 56 advogados e advogadas trans**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-29/oab-reconheceu-nome-social-62-advogados-advogadas-trans>>. Acesso em: 19 maio 2018.

NARDI, Henrique Caetano, SILVEIRA, Raquel da Silva, MACHADO, Paula Sandrine. **Diversidade Sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil - Parte Geral**. 10 ed. Forense, 2016. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530969936/epubcfi/6/44\[;vnd.vst.idref=chapter09\]!/4/304/4/2@0:0>](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530969936/epubcfi/6/44[;vnd.vst.idref=chapter09]!/4/304/4/2@0:0>)>

NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. **Comentários à Constituição Federal**: Princípios fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

OLIVEIRA, Andrea Luisa de; OLIVEIRA JUNIOR, Roberto Lúcio de. Os direitos da personalidade à luz da aquisição de uma nova identidade: A proteção do nome

social aos sujeitos transgêneros. **Revista de Direito Privado**, v. 75, p. 37-62, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.univates.br/biblioteca/revista-dos-tribunais-online>>. Acesso em: 19 out. 2017.

PARÁ. Portaria nº 16, de 10 de abril de 2008, da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará. Disponível em: <<http://www6.seduc.pa.gov.br/prematricula/016-2008.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. 2017.

Plenário retoma julgamento de ADI sobre alteração de registro civil sem mudança de sexo. **Sítio STF**. Notícias STF. 28 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=370951>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **REVISTA LATINOAMERICANA**, nº 14, dossiê 2. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ress/n14/a17n14.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/departamento-de-identificacao-do-igp-implementa-a-carteira-de-nome-social-no-interior>>. Acesso em: 12 maio 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto 49.122, de 17 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=241452>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Provimento nº 21/2018 – CGJ, de 15 de maio de 2018. Disponível em: <http://colegioregistrals.org.br:10091/imagens/provimento_152658542768.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 70074206939, da 7ª Câmara Cível. Apelante: T.V.C, Apelado: M.P. Relator: Sandra Brisolara Medeiros. Data do julgamento: 30/08/2017. Disponível em <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=70074206939&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*&aba=juris&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_q=+#main_res_juris>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Recurso Cível Nº 71007465974, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Recorrido NICOLLY BORGES ANASTACIO. Recorrente: NIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO LTDA. Relator: Ana Cláudia Cachapuz Silva Raabe, Data de Julgamento: 28/03/2018. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=71007465974&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*&aba=juris&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_q=+#main_res_juris>. Acesso em: 30 de mai.2018.

ROSA, Cristiano. A psicologia e as pessoas trans: uma revisão sobre a última letra da sigla LGBT e entrevista com o psicólogo e psicoterapeuta Ramiro Figueiredo

Catelan. Blog questão de gênero. Jornal NH. 2016. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2016/09/blogs/cotidiano/questao_de_genero/1992681apsicologiaeaspeessoastrans.html>. Acesso em: 30 Abr. 2018.

ROSSI, Amanda. 'Monstro, prostituta, bichinha': como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil e sentenciou médico à prisão. **BBC Brasil**, mar, 2018. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>>. Acesso em: 04 abr. 2018

SHINYASHIKI, Roberto T. 1952. **O sucesso é ser feliz**. São Paulo: Ed. Gente, 1997.

SZANIAWSKI, Elimar. **Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual**: estudo sobre o transexualismo; aspectos médicos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Parte geral. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIÑAS, Sandra Maria Portuêz. Transgêneros: preconceitos, discriminação e o modelo autodeterminativo para o direito. Disponível em: <<https://sandravinas.jusbrasil.com.br/noticias/334551684/transgeneros-preconceitos-discriminacao-e-o-modelo-autodeterminativo-para-o-direito>>. Acesso em: 19 maio 2018.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. **Direitos de Personalidade**. São Paulo: Saraiva, 2011.